

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

SARA DOMINGOS RODRIGUES

**A ESTIGMATIZAÇÃO DO QATAR NO
CONSELHO DE COOPERAÇÃO DO GOLFO**

BRASÍLIA

2018

SARA DOMINGOS RODRIGUES

**A ESTIGMATIZAÇÃO DO QATAR NO
CONSELHO DE COOPERAÇÃO DO GOLFO**

Monografia apresentada à Banca Examinadora do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília como exigência final para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Vânia Carvalho Pinto.

BRASÍLIA

2018

SARA DOMINGOS RODRIGUES

**A ESTIGMATIZAÇÃO DO QATAR NO
CONSELHO DE COOPERAÇÃO DO GOLFO**

Monografia apresentada à Banca Examinadora do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília como exigência final para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Vânia Carvalho Pinto.

Banca examinadora:

Prof^a. Dr^a. Vânia Carvalho Pinto

IREL/ UnB

Orientadora

Prof^a. Dr^a. Shadia Araújo

GEA/UnB

Examinadora

Prof. Dr. Antônio Carlos Lessa

IREL/ UnB

Examinador

Doutorando Marcos Vinicius Isaias Mendes

IREL/UnB

Examinador

BRASÍLIA

2018

AGRADECIMENTOS

Acima de tudo, agradeço a Deus por ter me sustentado até aqui. Também não poderia deixar de agradecer aos meus pais e às minhas irmãs que me acompanharam e me motivaram ao longo de toda a graduação nos momentos bons e, especialmente, nos ruins.

Agradeço imensamente à professora Vânia pela paciência e dedicação desde a primeira pesquisa. Aproveito para agradecer a todos que fizeram parte do CEGRI sem os quais minha formação acadêmica e pessoal não seria a mesma. Também agradeço ao Breno Rybak e ao Humberto Mayese Correa por terem lido minha monografia e pelos comentários valiosos.

Outra contribuição fundamental para este trabalho foram as conversas com o diplomata Victor Hugo Toniolo, com o qual aprendi lições valiosas sobre diplomacia e política internacional. Por último, mas não menos importante, agradeço à Anaísa e à Priscilla que, longe ou perto, sempre me apoiaram e se transformaram em uma amizade que eu não esperava encontrar em Brasília.

RESUMO

Este trabalho procura entender a crise política que foi iniciada no Golfo Árabe em junho de 2017, quando Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Bahrein e Egito decidiram cortar relações diplomáticas com o Qatar e impor um bloqueio ao país devido a acusações de que o último estaria a apoiar grupos terroristas. Esse fenômeno é interpretado como um processo de exclusão e inferiorização de Doha. Diante disso, os objetivos específicos desta pesquisa são compreender por que esse processo começou, quais são seus componentes e qual a resposta qatari a ele. Para atender a esses objetivos, aplicam-se os conceitos de estigma, estigmatização e resposta do estigmatizado ao caso estudado. As fontes utilizadas são notícias publicadas em inglês por jornais dos países envolvidos na crise bem como por veículos de comunicação ocidentais de renome internacional, discursos governamentais, e artigos científicos e análises sobre a política regional do Golfo Árabe. O trabalho conclui que ocorreu um processo de estigmatização do Qatar dentro do Conselho de Cooperação do Golfo liderado por Arábia Saudita cuja principal finalidade foi alinhar as políticas qataris às do restante do bloco de países. Além disso, conclui-se que esse processo não foi bem-sucedido, tendo em vista que o governo qatari rejeitou sua classificação como apoiador do terrorismo e não alterou sua política externa.

Palavras-chave: Qatar. Arábia Saudita. Emirados Árabes Unidos. Estigmatização.

ABSTRACT

This paper aims to understand the political crisis that was initiated in the Arabian Gulf in June of 2017 when Saudi Arabia, United Arab Emirates, Bahrain, and Egypt have decided to cut diplomatic ties with Qatar and impose a blockade against the country due to accusations that it supported terrorist groups. This event is interpreted as a process of exclusion and inferiorization of Doha. Based on that, the specific objectives of this research are to understand why this process has started, what are its components, as well as what is the Qatari response to it. To achieve such objectives, the concepts of stigma, stigmatization, and answer of the stigmatized are applied to the case studied. The sources used are news published in English by newspapers of the countries involved in the crisis as well by internationally renowned Western media vehicles, government discourses, and scientific articles and analysis about the regional politics of the Arabian Gulf. The paper concludes that there was a process of stigmatization of Qatar within the Gulf Cooperation Council led by Saudi Arabia and UAE that had as its main purpose the alignment of the Qatari policies to those of the rest of the block. Also, it concludes that this process was not successful once the Qatari government rejected its classification as a supporter of terrorism and did not change its foreign policy.

Keywords: Qatar. Saudi Arabia. United Arab Emirates. Stigmatization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Estigmatização e Resposta do Estigmatizado.....	21
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Tipos de resposta do estigmatizado.....	21
Tabela 2 – Componentes da estigmatização do Qatar.....	40

SUMÁRIO

Introdução	10
Capítulo 1 – Estigma e sua aplicação nas Relações Internacionais	12
1.1 Estigma.....	12
1.2 Estigmatização.....	14
1.3 Estigma e estigmatização nas Relações Internacionais.....	16
1.4 Resposta do estigmatizado.....	19
Capítulo 2 – Por quem e porque é que o Qatar foi estigmatizado?	23
2.1 Os estigmatizadores.....	23
2.2 Os estigmas do Qatar.....	26
2.2.1 Doha e Teerã.....	28
2.2.2 Doha e movimentos islâmicos.....	30
Capítulo 3 - Componentes da estigmatização do Qatar	33
3.1 Rotulação.....	33
3.2 Estereotipação e Separação.....	36
3.3 Discriminação e perda de status.....	38
3.4 Contexto de poder.....	40
Capítulo 4 - A resposta do Qatar	42
4.1 Dimensão discursiva da resposta qatari.....	42
4.2 Dimensão material da resposta qatari.....	45
Conclusão	49
Referências bibliográficas	51

INTRODUÇÃO

Em 5 de junho de 2017, Arábia Saudita, Bahrein, Egito e Emirados Árabes Unidos (EAU) declararam que estavam retirando seus diplomatas do Qatar e impondo um bloqueio aéreo, marítimo e terrestre contra o emirado. A justificativa para tais decisões, tomadas sem aviso prévio, era de que os países haviam decidido adotar essa postura em relação a Doha devido ao apoio que o país estaria fornecendo a grupos terroristas. A resposta imediata do governo qatari foi negar qualquer associação entre o país e medidas de suporte ao terrorismo. A partir desse acontecimento, instaurou-se uma crise política no Golfo Árabe que foi permeada por discursos e ações dos países bloqueadores e do Qatar sem que as partes envolvidas chegassem a uma solução.

Esse cenário de tensão instaurado no Golfo consiste no objeto de estudo deste trabalho. Assim, esta pesquisa possui como objetivo geral entender o conflito político entre as cinco nações árabes. Note-se, entretanto, que o fenômeno analisado se insere em um contexto de mudança de liderança na Arábia Saudita com a ascensão de Mohammad bin Salman bin Abdulaziz Al Saud como futuro rei; ao que se soma a posse de Donald Trump nos Estados Unidos em 2017 seguida da sua visita ao reino saudita em sua primeira viagem ao exterior como presidente. Sem desconsiderar a importância desses fatores, o foco deste trabalho concentra-se nas relações entre os cinco Estados árabes anteriormente citados.

Posto isso, adota-se como premissa deste estudo a ideia de que as ações de Riyadh, Manama, Cairo e Abu Dhabi configuram um processo de exclusão e inferiorização de Doha, tendo em vista o caráter excludente da suspensão de relações diplomáticas e do bloqueio direcionados ao Estado qatari. Por conta disso, adota-se como marco teórico os conceitos de estigma, estigmatização e resposta do estigmatizado, os quais, orientam a análise dos eventos descritos ao longo do trabalho. Estabelecida essa ideia inicial, os objetivos específicos desta pesquisa são compreender por que e por quem o Qatar foi estigmatizado, quais são os elementos desse processo, e, por fim, como o país reagiu à sua exclusão.

Para realizar os propósitos desta pesquisa, emprega-se método qualitativo por meio do qual tanto as ações quanto as falas dos países envolvidos na crise são analisadas. Tais informações são coletadas em publicações em inglês de jornais internacionais e de jornais do Egito, Arábia Saudita, EAU, Bahrein e Qatar. No que tange aos discursos recolhidos, estes são posteriormente analisados e classificados segundo seu conteúdo. Além dessas fontes primárias, este estudo também lança mão de artigos científicos e análises de especialistas sobre a política regional do Golfo Árabe como fontes secundárias.

A pesquisa acima descrita é, então, organizada da seguinte maneira: o primeiro capítulo apresenta o marco teórico empregado e os três capítulos seguintes realizam a sua operacionalização. O segundo capítulo consiste na identificação dos motivos pelos quais o Qatar sofreu um processo de exclusão. O terceiro identifica os componentes dessa exclusão. Por fim, o quarto analisa e classifica a resposta de Doha.

CAPÍTULO 1 – ESTIGMA E SUA APLICAÇÃO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Este capítulo tem como propósito introduzir os conceitos que orientam esta pesquisa, estigma e estigmatização. Em seguida, discute-se como essas noções são empregadas nas Relações Internacionais. Logo após, apresentam-se o conceito de resposta do estigmatizado e sua tipologia. O modelo teórico explanado ao longo do capítulo é, então, sintetizado em um esquema e em uma tabela que se encontram no fim desta seção, juntamente com a exposição do modo de aplicação do modelo em questão.

1.1 ESTIGMA

O termo estigma possui origem grega e, inicialmente, referia-se a sinais corporais que uma pessoa carregava e que indicavam algo extraordinário ou mau acerca de seu status moral, como cortes ou queimaduras que identificavam um sujeito como traidor, criminoso ou escravo (GOFFMAN, 1982, p. 11). Com o passar do tempo, essa noção foi alterada, e a expressão passou a fazer referência mais a problemas morais de um indivíduo do que a evidências corporais dos mesmos (GOFFMAN, 1982, p. 11). Assim, estigma pode ser associado a indivíduos classificados como desviantes ou moralmente poluídos e à ideia de que, em virtude dessa classificação, esses sujeitos devem ser evitados ou excluídos, particularmente de espaços públicos (ADLER-NISSEN, 2014, p. 145). A partir dessas ideias, o sociólogo Erving Goffman (1982) transformou a noção de estigma em um conceito sociológico. O conceito de estigma é, até o presente, amplamente empregado em estudos da Sociologia e da Psicologia Social que abordam grupos socialmente excluídos, como desempregados, transexuais, imigrantes, entre outros. (ADLER-NISSEN, 2014, p. 145).

Ao desenvolver uma definição para o termo estigma, Goffman (1982, p. 11-17) identificou um conjunto de precondições estruturais existentes em contextos nos quais uma pessoa é estigmatizada. O primeiro desses pré-requisitos é a existência de categorias sociais nas quais os indivíduos são alocados e de concepções sobre as características de quem pertence a cada uma dessas categorias. Além disso, é necessário que um ou mais sujeitos possuam atributos depreciativos e incongruentes com as concepções associadas às categorias sociais que eles pertencem. Por último, é preciso que estigmatizados e "normais" compartilhem das

mesmas crenças sobre identidade. Estabelecidas essas três condições, forma-se um terreno propício a construção de estigmas, processo detalhado a seguir.

Ao entrarmos em contato com uma pessoa, antecipamos sua identidade a partir de características observáveis em um primeiro momento (GOFFMAN, 1982, p. 11-12). Em outras palavras, supomos a categoria social e os atributos de um sujeito com base naquilo que vemos nele. Essas antecipações, por sua vez, geram expectativas sociais, que são gradualmente internalizadas e naturalizadas ao longo do tempo, de maneira que deixam de ser expectativas e convertem-se em demandas (GOFFMAN, 1982, p. 11-12). Essas exigências sociais, portanto, podem ser compreendidas como aquilo que se acredita que um sujeito deva ser. Em resumo, assim que conhecemos um indivíduo, formulamos nossas primeiras impressões sobre ele e, com base nisso, construímos uma imagem sobre o que essa pessoa deve ser.

O conjunto das demandas sociais sobre uma pessoa compõe sua identidade social virtual (aquilo que se espera que ela seja), a qual pode ou não coincidir com sua identidade social real (aquilo que ela realmente é) (GOFFMAN, 1982, p. 12). Quando há uma divergência entre essas identidades pelo fato do indivíduo possuir um atributo indesejável que o diferencia dos membros de sua categoria social, tem-se, então, um estigma (GOFFMAN, 1982, p. 13). Assim, estigma é uma característica corporal, moral ou tribal¹ incongruente com a imagem partilhada pela sociedade do que um indivíduo deveria ser e que, além disso, inferioriza quem a possui. É um atributo que não corresponde às demandas sociais e que diferencia seu portador do restante das pessoas de maneira negativa (ADLER-NISSEN, 2014, p. 145; GOFFMAN, 1982, p. 13-14; ZARAKOL, 2014, p. 313-314; 2011, p. 63).

Ressalta-se que os traços que podem configurar um estigma não são nem fixos ao longo do tempo nem os mesmos para pessoas diferentes. O que torna um atributo "estigmatizável" é sua contradição com a identidade social virtual de um indivíduo somada à percepção da indesejabilidade desse traço (ADLER-NISSEN, 2014, p. 146; GOFFMAN, 1982, p. 13; ZARAKOL, 2014, p. 314). Exemplo disso é o divórcio, que costumava ser um estigma, mas que, atualmente, é muito mais aceito em sociedades ocidentais (ADLER-NISSEN, 2014, p. 155).

Uma vez que um indivíduo é identificado como portador de um estigma, ele é inferiorizado e sua humanidade é reduzida (ADLER-NISSEN, 2014, p. 145; GOFFMAN, 1982, p. 15), o que abre espaço para todo tipo de tratamento desrespeitoso (LINK, PHELAN, 2001, p. 370). Além disso, mais "imperfeições" são atribuídas a essa pessoa com base no seu traço

¹Por tribal entende-se certos atributos que uma pessoa possui em virtude do grupo a que pertence. É o caso de raça, religião, etnia, nacionalidade, entre outros (GOFFMAN, 1988, p. 14)

desviante original. É o caso, por exemplo, de uma pessoa cega que, ao ser auxiliada involuntariamente, é tratada como se fosse surda ou incapaz de se locomover sozinha (GOFFMAN, 1982, p. 15). Diante desses efeitos, a posse de um estigma acaba por impactar negativamente a aceitação social do sujeito estigmatizado (GOFFMAN, 1982, p. 15).

Toda essa dinâmica de identificação do estigma e subsequente inferiorização do estigmatizado é operacionalizada pelos indivíduos "normais", ou seja, os que atendem às expectativas sociais (ADLER-NISSEN, 2014, p. 152; GOFFMAN, 1982, p. 14). Ainda assim, nem sempre quem carrega um estigma sente-se inferior. Para isso, é necessário que a terceira pré-condição estrutural se faça presente. Ou seja, estigmatizador e estigmatizado devem compartilhar das mesmas crenças sobre identidade (GOFFMAN, 1982, p. 16; ZARAKOL, 2014, p. 314). Em outros termos, é preciso que o sujeito desviante tenha aprendido e incorporado a visão "normal" sobre identidade e sobre o que configura um estigma. Quando isso ocorre, o estigmatizado passa a se ver pelos olhos do "normais" (ZARAKOL, 2014, p. 314; 2011, p. 60). Conseqüentemente, ele percebe um de seus atributos como indesejável e torna-se capaz de imaginar-se a viver sem o mesmo (GOFFMAN, 1982, p. 17).

A reunião das três condições acima explanadas leva a formação de um estigma, que é um "atributo profundamente desmoralizante" que reduz quem o porta "de uma pessoa completa e comum a uma machada e inferiorizada" (GOFFMAN, 1982, p. 3, tradução própria). Uma vez que um sujeito é identificado como portador desse tipo de traço, inicia-se sua estigmatização. Assim, enquanto estigma é um atributo, estigmatização é o processo que decorre de sua posse e que produz as conseqüências negativas de ser um estigmatizado.

1.2 ESTIGMATIZAÇÃO

Ao refletir sobre os as dinâmicas sociais envolvidas na identificação de um sujeito como estigmatizado, os sociólogos Bruce G. Link e Jo C. Phelan (2001) desenvolveram uma abordagem processual, que entende que estigma não é apenas um atributo depreciativo, mas um processo de inferiorização e exclusão que resulta da posse desse atributo. Mediante esse entendimento, Link e Phelan (2001) afirmam que um estigma é formado por cinco componentes, os quais produzem o processo de estigmatização. Tais componentes são: (1) rotulação, (2) estereotipação, (3) separação e (4) perda de status e discriminação do portador do estigma. Esses componentes podem ocorrer sequencial ou simultaneamente, desenvolvendo-se em uma situação na qual há uma assimetria de poder entre "normais" e desviantes (LINK; PHELAN, 2001, p. 367). A partir dessa definição, percebe-se que o processo de estigmatização

é composto tanto por uma dimensão discursiva de construção de um "outro" quanto por outra material e corporificada de efeitos concretos para o estigmatizado (ADLER-NISSEN, 2014, p. 146). -

O primeiro componente, a rotulação, consiste na seleção de características consideradas socialmente relevantes – como cor da pele, nível de QI, gênero, etc – e a posterior alocação das pessoas em categorias sociais com base na presença ou ausência desses atributos – como negro, branco; inteligente, não-inteligente; homem, mulher, etc (ADLER-NISSEN, 2014, p. 147; LINK; PHELAN, 2001, p. 367-368). Assim, rotulação significa atribuir um ou mais rótulos a um sujeito a partir dos aspectos socialmente salientes que ele apresenta. Observa-se que os traços considerados significativos pela sociedade variam muito entre lugares e tempos diferentes (LINK; PHELAN, 2001, p. 368). Exemplo disso é a percepção da hiperatividade como indicador de um distúrbio, algo que se tornou muito mais relevante nas últimas décadas a ponto do termo ter sido incorporado no linguajar comum (CONRAD, 1992 apud ADLER-NISSEN, 2014, p. 368). Além disso, as categorias sociais construídas são altamente simplistas, tendo em vista ser necessária uma simplificação para ser possível alocar pessoas diferentes em um número limitado de rótulos (LINK; PHELAN, 2001, p. 367-368).

Um segundo elemento é a estereotipação, que ocorre quando se associa um estereótipo, ou seja, um conjunto de generalizações sobre as qualidades de uma pessoa (ALLPORT, 1954, p. 191-192), a um rótulo específico. Um exemplo disso é o caso de portadores de doenças mentais (rótulo) aos quais é atribuída a imagem de serem perigosos (estereótipo) (ADLER-NISSEN, 2014, p. 147; LINK; PHELAN, 2001, p. 369). Soma-se a esse aspecto da estigmatização, o componente de separação, que consiste na diferenciação entre "nós normais" e "eles estigmatizados" e que, em uma forma mais extremada, pode levar à desumanização dos portadores do estigma. A separação fica subentendida na rotulação e é justificada pela estereotipação (ADLER-NISSEN, 2014, p. 147; LINK; PHELAN, 2001, p. 370). Um exemplo típico de separação é o caso de imigrantes, que, ao chegarem em um novo país, são tratados como pessoas "estranhas", diferentes dos locais².

Por fim, há os elementos de perda de status e discriminação, os quais, por se reforçarem mutuamente e serem intercambiáveis são compreendidos como um mesmo componente de estigma (LINK; PHELAN, 2001, p. 374). A perda de status refere-se à colocação de sujeitos estigmatizados em posições inferiores dentro de hierarquias sociais (LINK; PHELAN, 2001, p. 371). Um exemplo de observação desse fenômeno são experimentos realizados com pequenos

²Link e Phelan (2001, p. 370) trazem como exemplos os casos de escravos africanos e holandeses que viviam nos EUA, mas eram definidos como pessoas de fora, diferentes dos estadunidenses.

grupos de desconhecidos aos quais era atribuída uma tarefa qualquer. Essas pesquisas indicaram que traços como gênero e raça – que não afetam a competência de um indivíduo de realizar uma tarefa – moldavam as hierarquias formadas dentro desses grupamentos. Tais estudos identificaram que homens e indivíduos brancos estão mais propensos a atingirem posições de poder e prestígio do que mulheres e pessoas negras, uma vez que costumam falar mais frequentemente, ter suas ideias aceitas mais rapidamente e são eleitos líderes do grupo mais frequentemente (MULLEN et al, 1989 apud LINK; PHELAN, 2001, p. 371). Isso demonstra que mulheres brancas e homens e mulheres negros são colocados em posições inferiores de status em virtude de suas características de gênero e raça.

A discriminação, por sua vez, consiste no tratamento desigual direcionado a estigmatizados de forma a colocá-los em situações de desvantagem em relação aos "normais" (FROST, 2011, p. 825; LINK; PHELAN, 2001, p. 373). Esse componente da estigmatização pode manifestar-se de diversas formas. A nível individual, ele ocorre quando uma pessoa discrimina outra diretamente ao, por exemplo, se recusar a alugar um imóvel para o estigmatizado, rejeitar sua candidatura a uma vaga de emprego e etc. Já na dimensão estrutural, a discriminação ocorre quando há um acúmulo de práticas institucionais que influenciam a estrutura social de maneira a criar circunstâncias adversas que colocam certos grupos em desvantagem, mesmo na ausência de atitudes discriminatórias individuais (HAMILTON, TURE, 1992, p. 3-6; LINK; PHELAN, 2001, p. 372 -373). Um exemplo são casos de racismo institucional em que contratadores (em geral brancos) procuram indicações de colegas (em geral, brancos que estão propensos a recomendar candidatos brancos) para tomar decisões de contratação (LINK; PHELAN, 2001, p. 372).

Todos os quatro componentes listados acima, para serem efetivos, levando a classificação de um sujeito como pária, devem desenvolver-se em contextos de relações desiguais de poder entre "normais" e estigmatizados. Essa dimensão de poder da estigmatização é crucial, pois o grupo que estigmatiza precisa ter poder social, econômico e político suficiente para conseguir inserir sua maneira de ver o mundo na sociedade e, assim, produzir alguma consequência discriminatória séria para os estigmatizados (LINK; PHELAN, 2001, p. 376). Em outros termos, "estigma depende de poder"(LINK; PHELAN, 2001, p. 375-376, tradução própria).

1.3 ESTIGMA E ESTIGMATIZAÇÃO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

As contribuições acima sobre as noções de estigma e de estigmatização são levadas para as Relações Internacionais (RI) e empregadas em discussões sobre construção da sociedade internacional e manutenção da ordem. Dentro dessa perspectiva, os atores – classificados como "normais" ou estigmatizados – são os Estados, e estigma consiste na transgressão de uma norma (ADLER-NISSEN, 2014, p. 149-150). Normas, por seu turno, são o que uma comunidade define como padrões de comportamento apropriados para atores com certas identidades (FINNEMORE; SIKKINK, 1998, p. 891-892). Dessa maneira, o processo de estigmatização ocorre quando um grupo de países – a audiência de "normais" – estigmatiza Estados que não se conformam a certas normas (como direitos humanos, livre mercado e democracia), transformando-os em Estados-párias, excluídos da sociedade internacional (ADLER-NISSEN, 2014, p. 152; ZARAKOL, 2011, p. 63).

Essa dinâmica, todavia, ainda é pouco discutida pela literatura de RI, a qual tradicionalmente aborda a questão de como a sociedade internacional é formada a partir da perspectiva da socialização. A socialização consiste na conformação de um Estado a uma certa norma internacional mesmo que não existam benefícios econômicos ou pressão doméstica para adotar a regra em questão (EPSTEIN, 2012, p. 137; FINNEMORE; SIKKINK, 1998, p. 895, 902). Quando esse processo é bem-sucedido a norma é internalizada de tal maneira que deixa de ser uma questão passível de discussão e passa a integrar a própria identidade e a definição dos interesses de um país (EPSTEIN, 2012, p. 137; FINNEMORE; SIKKINK, 1998, p. 895, 902).

À medida que os atores são socializados, um sistema de países que meramente coexistiam se torna uma sociedade de Estados. Segundo Hedley Bull (1977, p. 13), pode-se falar em sociedade quando certos Estados concebem a si mesmos como vinculados a um mesmo conjunto de regras e atuam em instituições comuns. Ainda segundo Bull (1977, p. 13), o processo de formação de uma sociedade ocorre a partir do momento em que esses países tomam consciência de interesses e valores em comum. A partir dessa vinculação de nações a um agregado de normas, torna-se possível obter ordem a nível internacional (ADLER-NISSEN, 2014, p. 147-149). Em resumo, a socialização torna possível a aquiescência de Estados a um conjunto de normas, o que permite a formação de uma sociedade internacional, a qual, por sua vez, torna viável a construção e manutenção de ordem no plano internacional.

A perspectiva acima não deixou de ser criticada, na medida em que equaciona a adoção de normas a progresso (como se toda norma fosse positiva), ignora a perspectiva do socializado, uma vez que aborda a socialização como um processo unidirecional; e, conseqüentemente, infantiliza o socializado ao tratá-lo como um Estado que precisa aprender a ser melhor

(EPSTEIN, 2012)³. Ademais, a aceitação de uma regra internacional não é exclusiva e obrigatoriamente motivada pelo interesse de um país de agir de maneira apropriada, segundo seus valores e identidade. Ao contrário, a conformidade a uma norma pode estar inserida em uma lógica instrumental, sendo orientada por um cálculo estratégico (FINNEMORE; SIKKINK, 1998, p. 912; SCHIMMELFENNIG, 2002, p. 420). Apesar dessas críticas e dos subsequentes avanços teóricos nos estudos sobre sociedade internacional, o argumento de que a última é construída apenas por meio da socialização é pouco questionado (ADLER-NISSEN, 2014, p. 150-152).

Nesse sentido, Rebecca Adler-Nissen (2014) retoma as ideias de Goffman a fim de demonstrar como, juntamente com a socialização, a estigmatização é um instrumento fundamental na construção da sociedade e, por extensão, da ordem internacional. O argumento de Adler-Nissen (2014) é de que a sociedade de Estados não é construída somente a partir de normas comuns que são difundidas pela socialização. Ao contrário, processos de estigmatização, que consistem na identificação de Estados transgressores das normas, seguida da sua punição com vergonha e exclusão, são instrumentos necessários para a demarcação dos limites da sociedade internacional (ADLER-NISSEN, 2014, p. 149).

O que impulsiona um grupo de Estados a estigmatizar outro é a insegurança ontológica que existe no sistema (ADLER-NISSEN, 2014, p. 149). Em outros termos, a ausência de uma noção clara e compartilhada sobre o que é bom ou ruim – necessária para a existência de ordem social – torna a estigmatização um mecanismo que define melhor os contornos de comportamento adequado. Ao apontar quais Estados são transgressores, é possível delinear mais claramente o que significa ser "normal". Assim, o processo de identificação e exclusão de países desviantes é um meio através do qual ensina-se o que normas significam, até onde elas vão, bem como as consequências para aqueles que não seguirem tais parâmetros (ADLER-NISSEN, 2014, p.149, 170; ERIKSON, 1962, p. 310).

Note-se, entretanto, que a exclusão de um país só é efetiva se estigmatizadores e estigmatizados fizerem parte de uma mesma comunidade de Estados, compartilhando normas e valores, bem como interagindo entre si (SCHIMMELFENNIG, 2002, p. 426-427). Caso essa condição seja satisfeita, a estigmatização cria um filtro ideacional que impede qualquer avaliação da realidade que seja objetiva e desprovida de valor, afetando a capacidade do Estado estigmatizado de ser respeitado (ZARAKOL, 2011, p. 57, 63-64, 104).

³ Um estudo de caso que Charlotte Epstein (2012) utiliza como pano de fundo para fazer sua crítica ao conceito de socialização é o da difusão de normas sobre o fim da pesca a baleias e o tratamento que a Austrália dispensou ao Japão para que esse país incorporasse tal norma.

1.4 RESPOSTA DO ESTIGMATIZADO

Um último aspecto do processo de estigmatização diz respeito à reação do Estado-transgressor. Nações desviantes não são apenas objetos de inferiorização e exclusão, mas são também agentes capazes de lidar estrategicamente com a vergonha que lhes foi atribuída (ADLER-NISSEN, 2014, p. 154). Assim, pode-se falar em três tipos de resposta do estigmatizado, duas das quais Goffman (1982) já identificara e uma terceira que Adler-Nissen (2014) introduz.

O primeiro tipo de reação é o reconhecimento do estigma. Tal comportamento é observado quando o Estado transgressor internaliza o julgamento dos "normais" – vendo-se como "impuro" – e, diante disso, procura mudar e tornar-se como os estigmatizadores (ADLER-NISSEN, 2014, p. 153; ZARAKOL, 2011, p. 104). É o caso da Alemanha no pós-Segunda Guerra Mundial, que reconheceu seu passado nazista como estigma e procurou afastar-se de qualquer ligação com tal ideologia (ADLER-NISSEN, 2014, p. 153). Em decorrência desse tipo de resposta, há um aumento da coesão moral da sociedade internacional (ADLER-NISSEN, 2014, p. 153).

Todavia, pode acontecer de um país internalizar as normas internacionais, mas rejeitá-las publicamente (ZARAKOL, 2011, p. 104; 2014, p. 313, 317). Nesse caso, o país aceita sua classificação como desviante, mas não procura corrigir seu estigma; ao contrário, usa-o como símbolo de orgulho. Esse tipo de reação é chamado de contra-estigmatização e pode ser identificada no caso de Cuba pós-Revolução, que aceitou a estigmatização de seu governo socialista sem que isso implicasse mudança de regime (ADLER-NISSEN, 2014, p. 153). Nesse tipo de situação, o que pode ocorrer é que a resposta do estigmatizado de orgulhar-se daquilo que gera sua exclusão faça com que o estigmatizador passe a ser visto como o ator desviante (ADLER-NISSEN, 2014, p. 153).

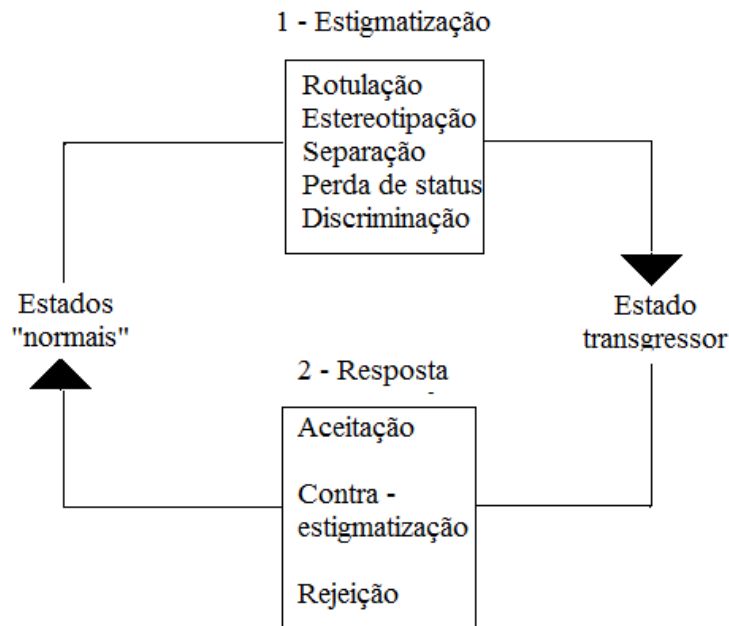
Além dos comportamentos acima descritos, e previamente identificados por Goffman (1982), Adler-Nissen (2014) reconhece uma terceira resposta possível, que consiste na rejeição do estigma. Neste caso, o estigmatizado internaliza as normas internacionais e aceita as definições de estigma, porém rejeita ser classificado como um transgressor e nega ser diferente dos "normais" (ADLER-NISSEN, 2014, p. 153). Exemplo desse tipo de comportamento é o caso da Áustria que, após eleger em 2000, como parte de seu parlamento, um partido de extrema direita (*Austrian Freedom Party*), não aceitou ser estigmatizada como um país que estava afastando-se dos ideais democráticos da União Europeia (ADLER-NISSEN, 2014, p. 160-165).

Como resultado desse tipo de reação, há uma exposição da insegurança ontológica da sociedade internacional, seguida de um maior esforço para especificar as normas internacionais, tornando mais claro o que é ou não aceito como "normal" (ADLER-NISSEN, 2014, p. 153).

O que define qual dessas três repostas o estigmatizado selecionará são duas variáveis. A primeira delas refere-se ao grau de compartilhamento com o estigmatizador das normas que suportam o estigma. É preciso haver ressonância moral por parte do estigmatizador, ou seja, sua autoridade moral para dizer o que é bom e o que é ruim precisa ser aceita (ADLER-NISSEN, 2014, p. 154, 163). A partir dessa constatação, há dois resultados possíveis para a estigmatização. Se o estigmatizado partilha das mesmas normas que aqueles que o inferiorizam e excluem, então ele procurará fazer parte do grupo dos "normais", superando seu estigma ou tentando parecer "normal". Todavia, se ele segue normas diferentes daqueles que o estigmatizam, então as rejeitará e procurará se unir aos demais Estados-párias (ADLER-NISSEN, 2014, p. 154).

A segunda variável diz respeito à disponibilidade, por parte do estigmatizado, de recursos materiais e sociais para resistir aos efeitos da estigmatização. Quanto maiores os recursos disponíveis para um Estado, maior sua probabilidade de conseguir ignorar e suportar as ações internacionais que visam atribuir-lhe vergonha (ADLER-NISSEN, 2014, p. 154). No que concerne aos recursos morais, é relevante considerar as implicações que debates internos sobre como a nação deve lidar com sua estigmatização têm na resposta que o estigmatizado formula relativamente à sua exclusão (ADLER-NISSEN, 2014, p. 154). A influência desse aspecto doméstico no comportamento de cada Estado, porém, depende do tipo de regime vigente e no espaço que existe para contestação doméstica (ADLER-NISSEN, 2014, p. 154).

O modelo teórico apresentado neste capítulo, que é aplicado para compreender a crise entre Qatar, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Bahrein e Egito é resumido no esquema abaixo. Os três tipos de resposta do estigmatizado são organizados em uma tabela logo em seguida.

Figura 1: Estigmatização e Resposta do Estigmatizado

Fonte: Elaboração própria (2018).

Tabela 1: Tipos de resposta do estigmatizado

Estratégia	Definição	Resultado
Reconhecimento	Aceita-se o estigma e busca-se aceitação da “audiência dos normais”.	Fortalecimento da coesão moral da sociedade internacional.
Rejeição	Aceita-se as normas internacionais, mas o Estado estigmatizado nega ser um transgressor das mesmas.	As normas da sociedade internacional tornam-se mais específicas e revela-se o grau de incerteza acerca da manutenção da ordem internacional.
Contra-estigmatização	A classificação como estigmatizado é aceita e usada como elemento de orgulho e virtude.	Pode haver um efeito bumerangue: o estigmatizador se torna o estigmatizado.

Fonte: Adler-Nissen, 2014, p. 62.

A aplicação do marco teórico acima explanado é feita nos próximos capítulos por meio de método qualitativo segundo o qual as ações e as falas dos países envolvidos na crise são analisadas. Para coletar essas informações, utiliza-se como fontes primárias publicações em inglês de jornais internacionais e de jornais do Egito, Arábia Saudita, EAU, Bahrein e Qatar, além de comunicados oficiais dos governos dos últimos países. Os discursos recolhidos são analisados e classificados segundo os temas que cada um aborda. É importante pontuar que uma das limitações da autoria consiste na impossibilidade de compreender publicações em árabe, o

que não impede o acesso a quantidade razoável de dados. Junto com esses dados também emprega-se como fontes secundárias artigos científicos e análises de especialistas sobre a política regional do Golfo Árabe a fim de que seja possível compreender o contexto em que a crise política analisada se desenrola. A análise dessas informações é orientada pelos conceitos apresentados ao longo deste capítulo e esquematizados na figura e no quadro acima.

CAPÍTULO 2 – POR QUEM E PORQUE É QUE O QATAR FOI ESTIGMATIZADO?

Este capítulo tem por finalidade identificar os motivos da estigmatização do Qatar. Para atingir esse objetivo, localiza-se o bloco de países no qual o Estado qatari foi estigmatizado e identificam-se suas principais características. Em seguida, apresentam-se os comportamentos de política externa de Doha que colocaram esse país em dissonância com os membros do bloco em questão. Assim, este capítulo procura responder à seguinte pergunta: por quem e por quais motivos o Qatar foi estigmatizado?

2.1 OS ESTIGMATIZADORES

O primeiro passo para compreender a estigmatização do Qatar é identificar o grupo de Estados que estigmatiza esse país. Afinal, um estigmatizado recebe essa classificação por se desviar daquilo que é considerado normal pela sociedade à qual pertence. Além da pertença a uma comunidade, para que a estigmatização seja efetiva, é necessário que o Estado estigmatizado compartilhe normas e valores, e interaja de maneira intensa e permanente com os membros desse grupo de Estados (SCHIMMELFENNIG, 2002, p. 426-427). A partir desses elementos, que produzem uma visão comum de identidade, é que o estigmatizado incorpora a visão dos "normais" sobre si mesmo e passa a se ver como "impuro".

Ao observar a crise que se desenvolveu no Golfo Árabe em junho de 2017, pode-se afirmar que Doha é estigmatizada dentro do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG). Isso porque, dos quatro países que estigmatizam o Qatar, somente o Egito não pertence ao bloco⁴. Além disso, os dois Estados mais ativos na estigmatização qatari – Arábia Saudita e EAU⁵ – são membros do CCG. Para além desses fatores, pode-se argumentar que Doha é estigmatizada dentro do Conselho e não em outros blocos dos quais o Estado qatari e seus estigmatizadores fazem parte – como a Liga Árabe⁶ ou a Organização para a Cooperação Islâmica (OCI)⁷ –

⁴Apesar do Egito não fazer parte do CCG, o país possui um tradicional alinhamento com a Arábia Saudita e com os EAU em decorrência dos empréstimos que esses dois últimos Estados fornecem para o primeiro (HANNA, BENAÏM, 2018), o que auxilia a compreender a participação egípcia na crise com o Qatar.

⁵Esse ponto será desenvolvido no capítulo 3.

⁶Criada em 1942 com a finalidade de fortalecer os laços entre seus membros, direcioná-los a um bem comum e coordenar suas políticas, a Liga consiste em uma reunião de 22 países, cujo elemento unificador é a presença de populações majoritariamente árabes ou que possuem o árabe como língua oficial (BBC, 2017).

⁷Criada em 1969 com o objetivo de "proteger e garantir os interesses do mundo muçulmano no espírito da promoção da paz internacional e da harmonia entre vários povos", é composta por 57 países cujo traço comum é o Islã como religião predominante de seus povos (ORGANIZATION FOR ISLAMIC COOPERATION, [19?], tradução própria).

porque as relações entre os membros do Conselho são mais densas do que em outros grupos em virtude do maior número de encontros do bloco e do menor número de membros, fatores estes que favorecem a aproximação⁸.

Fundado em 1981, o Conselho de Cooperação do Golfo é composto por Omã, EAU, Arábia Saudita, Qatar, Bahrein e Kuwait, os quais estabeleceram como objetivos do bloco "efetuar a coordenação, integração e interconexão entre os Estados-membros em todos os campos a fim de atingir unidade entre os países" (THE GULF COOPERATION COUNCIL CHARTER, [19?], artigo quatro, tradução própria). Essas nações já possuíam, antes mesmo da formação do Conselho uma combinação de traços comuns que aproximavam seus membros ao mesmo tempo em que os diferenciavam dos demais países do Oriente Médio. A fundação do CCG reforça a proximidade entre esses países, de maneira a fazer com que a comunidade formada no contexto do bloco configure uma realidade sub-regional à parte do resto do mundo árabe (LEGRENZI, 2011, p. 1-9).

As características comuns dos membros do CCG enquanto Estados começam nas histórias nacionais desses países, os quais estiveram igualmente sob o domínio dos britânicos durante os séculos XIX e XX (ZAHLAN, 2016, p. 12-15). Foi nesse período que a diferenciação entre o que hoje são as nações do Conselho foi introduzida pelo Reino Unido, na medida em que o então império lidava separadamente com cada país de maneira a desenvolver-se uma separação entre eles (ZAHLAN, 2016, p. 16). Desde a sua fundação como Estados independentes, os membros do CCG adotam a forma monárquica de governo. Assim, todos os membros do Conselho são monarquias⁹ com populações majoritariamente sunitas, governadas por elites também sunitas, com a ressalva de que o Bahrein é o único país com uma maioria de cidadãos xiitas (COLOMBO, 2012, p. 10; EGEL et al, 2016, p. 12).

Outro ponto característico do CCG é a presença massiva de imigrantes em todos os países do bloco, a ponto de alguns de seus membros abrigarem populações nas quais o percentual de estrangeiros chega a ser maior do que o de cidadãos nacionais (KINNINMONT, 2015, p. 1-2)¹⁰. Além disso, os membros do Conselho distinguem-se pela participação dos

⁸Enquanto os Estados-membros do Conselho de Cooperação do Golfo reúnem-se a cada três meses (o que significa quatro reuniões anuais), a Liga Árabe realiza dois encontros por ano (BBC, 2017) e a Organização para Cooperação Islâmica, somente um (ORGANIZATION FOR ISLAMIC COOPERATION, [19?]).

⁹Os regimes do Conselho de Cooperação do Golfo afirmam serem monarquias constitucionais. A única exceção é a Arábia Saudita, onde o Alcorão tem status de constituição oficial (KINNINMONT, 2015, p. 43).

¹⁰ É o caso dos Emirados, onde 88,4% dos habitantes são estrangeiros, bem como do Kuwait (75,5%) e do Qatar (65,2%) (ONU, 2017, p. 27-28). Os demais membros apresentam percentuais menores, porém significativos. No Bahrein, 48% da população é imigrante, enquanto em Omã esse valor é de 44,7% (ONU, 2017, p. 27-28). A Arábia Saudita, por sua vez, possui o menor índice com 37%. Em contrapartida, em número absoluto, Riyadh é o segundo

combustíveis fósseis – especificamente petróleo e gás natural – em mais de metade das suas respectivas pautas exportadoras, sendo os EAU a única exceção com um percentual de 20,23% (WORLD BANK, 2016)¹¹.

Outra semelhança que contribui para a formação de uma identidade específica do bloco refere-se às estratégias de governança das monarquias do Golfo. Estas baseiam-se em redes de clientela e poder construídas sobre lealdades familiares e tribais (EGEL et al., 2016, p. 12-14). Soma-se a isso o emprego da renda advinda do petróleo e do gás natural em benefícios sociais como forma de compensar a baixa participação política¹² (EGEL et al., 2016, p. 12-14). O conjunto das semelhanças acima elencadas faz com que os Estados do CCG se diferenciem do restante do Oriente Médio, além de fazerem com que o bloco seja qualificado como um "clube de monarquias" (RAZOUX, 2011).

A interação entre esses países revela ainda mais acerca da identidade do Conselho de Cooperação do Golfo. Apesar dos objetivos oficiais do Conselho abordarem a integração primordialmente cultural e econômica¹³, o CCG caracteriza-se pela diminuta interação econômica. Neste campo, percebe-se uma integração baixa, porém contínua, nos campos de comércio regional e de investimentos externos diretos entre os países (EGEL et al, 2016, p. 20-22). Um aprofundamento dessas relações é dificultado pela natureza das economias do Golfo, as quais possuem fatores de produção semelhantes e buscam mercados similares, o que acaba por posicioná-las mais como concorrentes do que como complementares (EGEL et al, 2016, p. 25-27; LEGRENZI, 2011, p. 11).

Já nas dimensões política e securitária, as dinâmicas entre as nações do Conselho revelam-se mais intensas. Os membros do bloco demonstram capacidade de agir conjuntamente ao se verem diante de ameaças externas comuns, mesmo em situações nas quais a cooperação é arriscada (EGEL et al., 2016, p. 6). Tal lógica existe desde a fundação do Conselho, cujo nascimento foi, em parte, fruto do novo cenário político criado no Golfo Árabe

maior receptor de imigrantes com 12 milhões de estrangeiros, o que coloca o país atrás apenas dos Estados Unidos (ONU, 2017, p. 27-28).

¹¹Nos demais países, petróleo e gás natural representam os seguintes percentuais do total de exportações: 55,03% (Bahrein); 62,53% (Omã); 79,14% (Arábia Saudita); 81,55% (Qatar) e 89,69% (Kuwait) (BANCO MUNDIAL, 2016).

¹²Sobre essa última questão, é importante pontuar que essa "barganha" entre governantes e sociedades está sob pressão em virtude da queda contínua do preço do barril do petróleo desde 2014, somada ao crescimento populacional registrado no Golfo (KINNINMONT, 2015, p. 2).

¹³Dentre os objetivos do bloco descritos em seu documento de fundação constam: "formular regulamentações semelhantes em várias áreas, incluindo as seguintes: questões econômicas e financeiras; comércio; alfândega e comunicação; educação e cultura. Estimular o progresso científico e tecnológico nos campos de indústria, mineração, agricultura, água e recursos animais; estabelecer pesquisas científicas; estabelecer empreendimentos conjuntos e encorajar cooperação pelo setor privado para o bem de seus povos". (THE COOPERATION COUNCIL CHARTER, [19-], artigo quatro, tradução própria).

devido à Revolução Iraniana de 1979¹⁴ e à guerra Irã-Iraque de 1980¹⁵ (COLOMBO, 2012, p. 11; EGEL et al., 2016, p. 6-7). Em resposta a mudança de governo em Teerã, o CCG decidiu criar uma aliança militar de defesa coletiva a *Peninsula Shield Force* em 1982. Já durante o conflito entre iranianos e iraquianos, os membros do bloco decidiram alterar conjuntamente as bandeiras dos navios de seus países-membros, substituindo-as pela americana em 1987, a fim de proteger suas exportações (EGEL et al., 2016, p. 6-7).

Mais recentemente, os países do Conselho voltaram a atuar conjuntamente a fim de se protegerem dos efeitos da Primavera Árabe. Nesse contexto, os membros do CCG direcionaram ajudas financeiras a Omã e Bahrein com a finalidade de conter suas respectivas revoltas nacionais (COLOMBO, 2012, p.7). Além disso, a *Peninsula Shield Force* foi ativada pela primeira vez ao ser enviada ao Bahrein com a finalidade de proteger o governo dos protestos (COLOMBO, 2012, p.7). Esses traços do relacionamento entre as nações do CCG apontam um segundo aspecto identitário desse clube de monarquias: sua preocupação em proteger a forma monárquica de governo (COLOMBO, 2012, p. 10; LEGRENZI, 2011, p.7-8; KHOURI, 2017).

2.2 OS ESTIGMAS DO QATAR

Dentro do Conselho, o Qatar passou a ser estigmatizado, por apresentar comportamentos incongruentes com aquilo que comumente se observa nos demais países do bloco. Essas escolhas políticas por parte de Doha violam certos preceitos de política externa aos quais os demais Estados aderem. Nesse sentido, pode-se falar que dois estigmas foram atribuídos ao Qatar, sendo eles: 1) sua relação de acomodação com o Irã e 2) o relacionamento com certos grupos islâmicos de outros países, desenvolvido a partir da Primavera Árabe. Tais posturas qataris fazem parte de uma política externa desenvolvida a partir dos anos 1990 voltada a projetar o país internacionalmente. Esta criou o contexto no qual divergências entre Doha e o restante do CCG começaram a ser evidenciadas.

O Qatar adotou uma nova política externa a partir de 1995, quando Hamad bin Khalifa al-Thani (pai do atual emir) assumiu o trono e iniciou uma política de retirada do país de sua posição de dependência e subordinação ao governo da Arábia Saudita (COLL, 2017; ROBERTS, 2017a; STEINBERG, 2012, p. 2). Esta, historicamente, apresenta aspirações de líder regional, baseadas em sua superioridade territorial, populacional, econômica e militar,

¹⁴Com a Revolução Iraniana de 1979, o Irã deixa de ser uma monarquia e se torna uma república (BBC, 2018).

¹⁵Essa guerra foi um conflito militar travado entre o Irã e o Iraque de 1980 a 1988, resultado de disputas políticas e territoriais entre ambos os países.

somada a seu papel de guardião de dois locais sagrados para o Islã, Meca e Medina (CERIOLI, 2018, p. 295-296; 311; EGEL et al., 2016, p. 10; JAHNER, 2012, p. 40, 46; OTTAWAY, 1982). Apesar disso, o novo emir decidiu alterar a postura qatari de aquiescência à liderança saudita. Assim, Doha emergiu como um poder assertivo com uma política externa independente e proativa, que procurou aumentar sua influência regional, ampliar seu reconhecimento internacional, subverter, em certos momentos, a influência saudita e projetar uma imagem do Qatar como um país conservador, mas aberto ao exterior (COLL, 2017; DOBBINS et al., 2011, p. 37; STEINBERG, 2012, p. 1-3; WOERTZ, 2012, p. 4-5).

Para concretizar essa política externa, Doha lançou mão de uma série de recursos que compreendem desde as áreas de cultura, esportes e educação até medidas mais diretamente ligadas ao campo político. É o caso da criação da rede estatal de TV Al Jazeera. Fundada em 1996, a emissora transformou-se em um instrumento de peso da estratégia internacional qatari, na medida em que, diversas vezes, criticou as elites dos demais membros do CCG, tendo, inclusive, realizado entrevistas com dissidentes do governo saudita¹⁶ (ROBERTS, 2017a; STEINBERG, 2012, p. 2-3; WOERTZ, 2012, p. 4).

No campo de eventos esportivos internacionais, destacam-se o sucesso das candidaturas para ser anfitrião dos Jogos Asiáticos de 2006 e da Copa do Mundo de 2022; além de oferecer-se, sem sucesso, para receber as Olimpíadas de 2016 (WOERTZ, 2012, p. 4). No âmbito da educação, por sua vez, o Estado qatari abriu espaço para campus de grandes universidades americanas como Georgetown, Texas A&M e Cornell (WOERTZ, 2012, p. 4). Outro marco significativo da política de projeção do Qatar concerne o fato de que, em 2001, o país recebeu a IV Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), a qual deu início à Rodada Doha de negociações comerciais (WOERTZ, 2012, p. 4).

No domínio das relações bilaterais, por seu turno, observou-se uma expansão dos laços qataris com diversos atores regionais. Em 1996, por exemplo, o governo qatari permitiu que Israel abrisse uma missão comercial em Doha que funcionou até 2008, quando o Qatar decidiu fechá-la em virtude do conflito em Gaza (WOERTZ, 2012, p. 4-5). Tal decisão foi seguida de uma intensificação das relações com o Hamas (WOERTZ, 2012, p. 4-5). Paralelamente, durante a década de 2000, até a Primavera Árabe em 2011, Doha também se aproximou do governo sírio, a qual possuía relações estreitas com Irã, Hezbollah e Hamas (WOERTZ, 2012, p. 6).

Para além do Oriente Médio, percebeu-se um esforço de Doha para aproximar-se dos EUA e construir um relacionamento mais estreito com o país. Em 1995, os países assinaram

¹⁶Sobre a atuação da Al Jazeera, é interessante notar que, em temas referentes ao Qatar, a mesma não emprega igual teor crítico (WOERTZ, 2012, p. 4).

um acordo de defesa e, posteriormente, em 2003, tropas americanas deslocaram-se para a base aérea qatari em Al Udeid (COLL, 2017; STEINBERG, 2012, p. 1-3). Ademais, o Qatar firmou contratos com empresas americanas de lobby, como *Boggs, Barbour Griffith and Rogers* e *BGR Government Affairs*, visando aumentar sua visibilidade em Washington. Além disso, desde a Crise Econômica de 2008, vários fundos de investimento qataris passaram a investir em propriedades em Washington, Chicago e outras localidades (DICKINSON, 2014).

Um outro ponto marcante da política externa de Doha, adotada a partir da década de 1990, foi a atuação do país como mediador em conflitos regionais. Esse papel foi empregado em disputas entre Etiópia e Eritreia, Israel e Palestina, bem como em situações de instabilidade doméstica na Somália, no Sudão, no Líbano e no Iêmen (STEINBERG, 2012, p. 1-3; WOERTZ, 2012, p. 5). O Qatar não foi capaz de pacificar todos os conflitos registrados nesses países, mas contribuiu para o progresso das situações em que esses Estados se encontravam. Tal capacidade de Doha, somada à sua habilidade de construir boas relações com diferentes campos políticos no Oriente Médio, consolidou sua imagem de mediador importante na região, cujos serviços diplomáticos são reconhecidos internacionalmente (STEINBERG, 2012, p. 1-3; WOERTZ, 2012, p. 5). Um efeito desse reconhecimento internacional foi a decisão do Talibã, em 2013, de abrir uma representação no Qatar, onde pudesse ter um local fixo para negociar com os EUA e com o Afeganistão (BBC, 2013).

2.2.1 DOHA E TEERÃ

Como parte dessa nova postura internacional, o Qatar desenvolveu um relacionamento mais flexível com o Irã, o que representa uma escolha política problemática dentro do CCG devido à percepção generalizada no bloco de Teerã como uma ameaça (DOBBINS et al., 2011, p. 30). Como mencionado anteriormente, o próprio nascimento do Conselho foi, em parte, uma resposta ao cenário político criado no Golfo Árabe pela Revolução Iraniana. Esta instaurou um regime republicano xiita no Irã em 1979, gerando o subsequente receio de que o movimento fosse importado para o resto da região (CAFIERO, WAGNER, 2015; EGEL et al., 2016, p. 6-7; KECHICHIAN, 1999, p. 234). Tal preocupação, que permanece até o presente, se deve ao fato de que a forma de governo persa representa uma alternativa socialmente conservadora às monarquias sunitas, e, portanto, é percebida como capaz de inspirar revoltas populares contra governos autoritários (DOBBINS et al., 2011, p. 31,40). Agrava essa inquietação o potencial iraniano de mobilizar minorias xiitas excluídas dentro dos demais países do Golfo Árabe (DOBBINS et al., 2011, p. 31-30).

A despeito dessa visão negativa compartilhada sobre o Irã, falta unidade no bloco em sua postura frente a esse Estado. Os posicionamentos encontrados variam de visões alarmistas (Arábia Saudita, Bahrein e EAU) até um comportamento acomodador (Omã e Qatar) (COLL, 2017; DOBBINS et al., 2011, p. 31, 41). No caso omani e qatari, esses países exploram a ameaça iraniana para irritar Riyadh e se contraporem a suas aspirações de líder regional (DOBBIN, 2011, p. 31). Isso porque a república persa xiita e a monarquia árabe sunita, historicamente, competem pela hegemonia regional (CERIOLI, 2018, p. 295-296; 311; COHEN apud SCHOLVIN, 2016, p. 22; DOBBINS et al., 2011, p. 41; JAHNER, 2012, 40, 46; OTTAWAY, 1982). Assim, percebe-se que a postura conciliatória da parte de Doha em relação a Teerã consiste em um instrumento de sua política externa independente.

Para além da dimensão política estratégica, uma relação menos antagonista com Teerã é também fruto da necessidade, haja visto que os dois países dividem um campo de gás natural chamado *North Field* pelo Qatar e *South Pars* pelo Irã (DOBBINS et al., 2011, p. 37-38; STEINBERG, 2012, p. 2). Ademais, a manutenção da lealdade da minoria xiita qatari à família al-Thani, desde a Revolução Iraniana, contribui para amenizar a percepção do Estado iraniano como uma ameaça à estabilidade doméstica (CAFIERO, WAGNER, 2015). Assim, Doha coloca Teerã como uma nação vizinha e não-inimiga (DOBBINS et al, 2011, p. 38).

Como efeitos concretos da relação Qatar-Irã, pode-se citar a atuação conjunta dessas nações para mediar conflitos no Líbano em 2008¹⁷ (DOBBINS et al., 2011, p. 37-38). Houve também o convite qatari para que o então presidente iraniano, Mahmoud Ahmadinejad, comparecesse a uma reunião do CCG em 2008, ação esta que fez com que a Arábia Saudita reduzisse seu nível de representação na reunião como forma de protesto (EGEL et al, 2016, p. 18). Já em 2010, as nações assinaram um acordo de defesa para combater o terrorismo e impulsionar a segurança marítima (TEHRAN TIMES, 2010). Posteriormente, em 2015, o Qatar (juntamente com Omã), reforçou sua abordagem acomodadora frente ao Irã ao declarar suas intenções de explorar uma relação mais aberta com o regime iraniano nos setores econômico, de energia e de segurança em virtude de Teerã ter assinado o Plano de Ação Conjunta Global (*Joint Comprehensive Plan of Action*)¹⁸ (CAFIERO, WAGNER, 2015).

No ano de 2016, houve um retrocesso no relacionamento Qatar-Irã quando o primeiro decidiu retirar seu embaixador de Teerã em um sinal de solidariedade à Arábia Saudita, cuja

¹⁷O Qatar mediu um acordo entre a coalizão governante do Líbano, apoiada pela Arábia Saudita, e a oposição, liderada pelo Hezbollah e apoiada pelo Irã (BURT, 2017).

¹⁸O JCPOA é um acordo internacional acerca do programa nuclear iraniano firmado entre o Irã, o P5+1 (China, Estados Unidos, França, Reino Unido, Rússia mais a Alemanha) e a União Europeia, segundo o qual Teerã se compromete a produzir energia nuclear exclusivamente para fins pacíficos.

embaixada havia sido invadida por protestantes iranianos (CAFIERO, 2016). Apesar desse episódio, as relações entre os países foram mantidas e em 2017, o ministro das relações exteriores iraniano visitou o emir do Qatar em Doha como parte de um esforço mais amplo de reduzir as tensões com os Estados do Golfo (ARAB NEWS, 2017).

2.2.2 DOHA E MOVIMENTOS ISLÂMICOS

Uma segunda política adotada pelo Qatar em meio à sua política externa independente, que foi utilizada pelos países do CCG como fonte para sua estigmatização, concerne seu posicionamento frente a movimentos islâmicos a partir da Primavera Árabe. Apesar das monarquias do Golfo não terem vivido o mesmo nível de oposição antissistema como países como Síria, Tunísia e Egito, houve algumas manifestações na Arábia Saudita, onde milhares assinaram uma petição pedindo mais direitos, bem como no Bahrein, onde protestantes se dirigiram às ruas demandando uma monarquia constitucional (COLOMBO, 2012, p. 5-6; KINNINMONT, 2015, p. 44-45). Essas reivindicações foram respondidas pelas monarquias com um conjunto de táticas variadas: reformas institucionais, econômicas e políticas limitadas; promessas de reformas futuras; aumento de gastos no setor de bem-estar social; ampliação do número de empregos; e forte repressão (COLOMBO, 2012, p. 5-6; KINNINMONT, 2015, p. 44-45).

Se, por um lado, a resposta dos membros do Conselho foi uniforme dentro dos limites do bloco; por outro lado, observaram-se divergências nas atuações desses mesmos países no restante do Oriente Médio. Os membros do CCG, particularmente Riyadh e Abu Dhabi, observaram as mudanças iniciadas em 2011 com preocupação, uma vez que temiam a ameaça que os movimentos islâmicos envolvidos nos protestos representavam aos seus próprios regimes (DICKINSON, 2014; ROBERTS, 2017a). Como grupos políticos islâmicos se apresentavam como os sucessores de regimes depostos (a exemplo da Irmandade Muçulmana no Egito e do Ennahda na Tunísia), os Estados do Golfo preocuparam-se com a influência que estes poderiam exercer nos grupos islâmicos de seus próprios países. A Irmandade Muçulmana, em particular, era o ator que mais os preocupava, pois o movimento possui capilarização em todo o Golfo, credibilidade popular, além de capacidade de organização, fatores que o tornam uma alternativa política organizada às monarquias (COLL, 2017; STEINBERG, 2017, p. 66).

Em meio a esse contexto, o Qatar adotou uma postura diversa daquela de seus vizinhos. Doha orientou sua política externa no sentido de apoio mais assertivo a movimentos islâmicos que se opunham a governos autoritários (STEINBERG, 2012, p. 1). Contrariamente às demais

nações do Conselho, Doha promoveu ativamente os processos de mudança de regime no mundo árabe por meio de financiamento¹⁹ e cobertura midiática favorável a certos grupos, dentre os quais a Irmandade Muçulmana (Egito), o Ennahda (Tunísia), milícias na Líbia e na Síria, além do Jabhat al-Nusra (Síria) (ROBERTS, 2017a; STEPHENS, 2017, p. 13). Esse apoio foi motivado por questões estratégicas mais do que ideológicas, na medida em que as redes de grupos islâmicos – percebidas pelo Qatar como uma força crescente no Oriente Médio – são um meio do regime ampliar sua influência regional (DICKINSON, 2014; ROBERTS, 2017b, p. 56; STEINBERG, 2017b, p. 67).

Os efeitos dessas divergências intra-CCG foram observados nos posicionamentos de seus membros durante a Primavera. No Egito, enquanto o Qatar apoiou o governo de Mohammed Morsi (membro da Irmandade) com US\$ 5 bilhões, Arábia Saudita, EAU e Kuwait colaboraram financeiramente com o governo militar que o depôs em 2013 com um valor combinado de US\$ 13 bilhões (DICKINSON, 2014; EGEL et al., 2016, p. 17). Na Líbia, por sua vez, Doha e Abu Dhabi associaram-se a facções rivais do governo, com o Estado qatari fornecendo armas, dinheiro e treinamento para rebeldes (EGEL et al, 2016, p. 17). Ademais, o Qatar foi o único país árabe a apoiar a campanha da OTAN contra o ditador líbio Muammar Gadhafi (WOERTZ, 2012, p. 5). Já na Síria, os governos qatari e saudita financiaram milícias concorrentes (DICKINSON, 2014). De um lado, o Qatar enviou, entre 2012 e 2013, 85 aviões carregados com 3.500 toneladas de equipamento militar para rebeldes sírios, de outro lado, a Arábia Saudita foi responsável pelo envio de 37 aeronaves para outros grupos rebeldes (PEÇANHA, 2013).

O acúmulo dessas diferenças políticas entre o Estado qatari e os demais países do Conselho de Cooperação do Golfo chegou a um limite quando, em 2014, Arábia Saudita, Bahrein e EAU decidiram retirar seus embaixadores do Qatar. Na época, o trio de países acusou Doha de não se comprometer com os princípios do CCG, interferir na política doméstica de seus vizinhos, apoiar organizações prejudiciais à segurança dos mesmos, e apoiar mídia hostil (KIRKPATRICK, 2014a). Após seis meses de impasse, as relações entre os Estados foram normalizadas. Entretanto isso só ocorreu após o Qatar expulsar sete líderes da Irmandade Muçulmana de seu território e fechar a estação Al Mubasher da Al Jazeera, que cobria eventos no Egito a partir de uma perspectiva pró-Irmandade (EGEL et al., 2016, p. 17; KINNIMONT, 2015, p. 61; KIRKPATRICK, 2014b).

¹⁹Esse financiamento não é direto, mas ocorre a partir da doação de fundos pela elite política qatari para empresários e expatriados residentes no Qatar que direcionam esse dinheiro para milícias (DICKINSON, 2014; ROBERTS, 2017a).

A solução encontrada em 2014, entretanto, não resolveu todas as divergências entre o Qatar e os demais Estados-membros do Conselho de Cooperação do Golfo. Apesar da normalização das relações diplomáticas, a tensão entre os países se manteve, uma vez que o governo qatari não alterou suas políticas. Assim, a crise iniciada em junho de 2017 não chega a ser uma surpresa. Todavia, o atual conflito dentro do Conselho tem se mostrado mais sério do que o de 2014, na medida em que abarca não somente a suspensão de relações diplomáticas, como também um bloqueio aéreo, marítimo e terrestre contra o emirado. Ademais, o impasse dentro do CCG já dura mais de um ano. Diante dessa realidade, o próximo capítulo procura entender mais a fundo a mais recente crise no Golfo a partir da identificação dos componentes do processo de estigmatização do Qatar.

CAPÍTULO 3 - COMPONENTES DA ESTIGMATIZAÇÃO DO QATAR

Uma vez identificadas as políticas qataris que configuram seus estigmas, é preciso compreender o processo através do qual o país foi estigmatizado. Assim, este capítulo se propõe a analisar a estigmatização do Qatar por meio da identificação dos elementos que compõem um estigma segundo a definição de Link e Phelan (2001). De acordo com esses autores, estigma é fruto de um processo composto pelos elementos de rotulação, estereotipação, separação, perda de status e discriminação, componentes estes de natureza discursiva e material que se desenvolvem em uma situação de poder (LINK, PHELAN, 2001, p. 357-376). Mediante essa definição, este capítulo procura, identificar os elementos da estigmatização qatari e, com isso, responder à pergunta: como o Qatar foi estigmatizado?

3.1 ROTULAÇÃO

O acontecimento que desencadeou a atual crise no Conselho de Cooperação do Golfo foi uma publicação da agência de notícias estatal qatari, a *Qatar News Agency* (QNA), em 23 de maio de 2017. A matéria reportava um discurso do atual emir do país, Tamim bin Hamad al-Thani, em uma cerimônia de graduação militar, durante a qual o governante teria mencionado tensões entre o Qatar e os EUA e questionado a duração do governo de Donald Trump. Além disso, al-Thani teria afirmado que o Hamas é o representante legítimo do povo palestino, bem como reafirmado o apoio de seu país à Irmandade Muçulmana. Por fim, o emir supostamente destacou as boas relações com Israel e criticou inimizades com o Irã (ROBERTS, 2017a; MACLEAN, 2017; THE TELEGRAPH, 2017; AL ARABIYA, 2017d).

No dia seguinte, o Qatar negou as afirmações atribuídas ao emir, argumentando que al-Thani não se pronunciara na cerimônia e que a QNA fora hackeada (KHATRI, 2017; MACLEAN, 2017; ROBERTS, 2017a; TELEGRAPH, 2017; GOVERNMENT COMMUNICATIONS OFFICE, 2017). Logo em seguida, o site do jornal foi tirado do ar e continua indisponível até o momento²⁰ (WHITAKER, 2017). Independente da agência de notícias ter sido hackeada ou não, como as supostas falas de Tamim bin Hamadal-Thani foram

²⁰O site da *Qatar News Agency* é: <http://www.qna.org.qa/en-us/Home?fbclid=IwAR0Wk1CK8GqKFprkApflZLFweZaUXIQnvQTORd-R-q8YxMHxKJTeRFgVtt4>. A página do Facebook do jornal continua ativa, mas a última postagem consiste em uma nota na qual a QNA afirma que seu site foi hackeado e que as afirmações atribuídas ao emir são falsas. A página e a nota podem ser acessadas pelo link: <http://www.qna.org.qa/en-us/Home?fbclid=IwAR0Wk1CK8GqKFprkApflZLFweZaUXIQnvQTORd-R-q8YxMHxKJTeRFgVtt4>.

reproduzidas em um veículo de informação do Estado, e como, em princípio, o próprio governante do Qatar emitiu-as, a matéria pôde ser tratada como um posicionamento oficial do governo qatari.

Assim, ao explicitar visões políticas que são problemáticas no contexto do CCG, a notícia da QNA permitiu iniciar a rotulação do Qatar. Afinal, a ação de rotular um sujeito consiste na atribuição de um ou mais rótulos a esse ator a partir dos aspectos socialmente salientes que ele apresenta (LINK; PHELAN, 2001, p. 367-368). Tal processo, deu-se por meio da publicação de artigos em jornais sauditas e emiratis que reiteravam as possíveis afirmações de al-Thani, criticando as posturas políticas do Qatar e do emir ou discutindo um elemento específico da fala do governante. Da parte de Riyadh, o *Al-Arabiya* publicou oito artigos, enquanto o *Saudi Gazette* postou três (WHITAKER; 2017). Já em Abu Dhabi, o *Gulf News* publicou sete textos e o *The National*, um editorial (WHITAKER; 2017).

Entre os artigos publicados, alguns questionavam se o site da QNA fora realmente hackeado (cf AL ARABIYA, 2017a; GULF NEWS, 2017a; SAUDI GAZETTE, 2017). Outros retomavam as falas de al-Thani sobre o Irã para, com isso, discutir a relação próxima entre Doha e Teerã (cf AL ARABIYA, 2017b; GULF NEWS, 2017a; GULF NEWS, 2017b). Um terceiro segmento de matérias mencionava trechos do discurso do governante que tratavam de grupos islâmicos para, assim, debater sobre o apoio do Qatar ao Hezbollah (cf JAZIRI, 2017), ao Hamas (cf GULF NEWS, 2017b) e até mesmo à Al-Qaeda (cf SALEH, 2017). Além dessas publicações, havia aquelas que argumentavam que o Estado qatari estaria se distanciando do posicionamento comum dos membros do Conselho de Cooperação do Golfo para a região (cf AL-SURAIHI, 2017; ALTHAYDHI, 2017; GULF NEWS, 2017a).

Um exemplo dos tipos de artigos publicados é uma análise feita no *Al-Arabiya*, na qual dizia-se que

A história envolvendo o Qatar não é sobre se a notícia é fabricada ou verdadeira. O problema é muito maior do que aparenta ser.

O Qatar, um país rico em recursos naturais e cujo povo é muito próximo da sociedade saudita, tem adotado, desde 1996, uma abordagem estranha em relação à preservação do interesse geral do sistema do Golfo, particularmente, em relação a qualquer interesse superior da Arábia Saudita, o maior país do Conselho de Cooperação do Golfo.

[...]

A situação é muito mais profunda do que a negação. Veículos de mídia associados ao Qatar – da rede da Al-Jazeera a plataformas em Londres e na Turquia, centros de pesquisa e editoras – são todos dedicados a promover propaganda da Irmandade [Muçulmana]. Todos sabem disso. E antes disso, nós sabíamos do período de lua de mel entre Doha e Hezbollah.

[..]

A razão por trás da raiva saudita, emirati, bahreini e de outros países árabes é que [a necessidade de] clareza em termos de políticas unificadas não é mais algo que nós possamos encarar com ligeireza ou ignorar. [...] (ALTHAYDHI, 2017, tradução própria)²¹

Em linha com essa argumentação, um outro artigo do *Saudi Gazette* afirmava que o Qatar

[...] se distanciou do consenso acerca de questões que representam um perigo comum para toda a região. O Qatar também desvincilhou-se do consenso da reunião Árabe-Islâmica-Americana em Riyadh²², que considerou o Irã um país hostil que está interferindo nas questões internas de outros países²³ (AL-SURAIHI, 2017, tradução própria).

O mesmo texto seguia afirmando que a "Al-Jazeera, o porta-voz oficial do Qatar, adotou a ideologia ambígua da Irmandade Muçulmana, a qual encontrou um refúgio para suas crenças naquele país"²⁴(AL-SURAIHI, 2017, tradução própria).

Além disso, uma terceira matéria, do *Gulf News*, argumentava que

[...] o Qatar não está fazendo nenhum favor a si mesmo ao tentar minar esforços do Golfo para defender sua segurança, prosperidade e o futuro de seus cidadãos. O Qatar deve perceber que suas próprias segurança e prosperidade são parte da segurança coletiva do Golfo (GULF NEWS, 2017a, tradução própria)²⁵.

²¹"The story from Qatar is not whether the news is fabricated or true. The problem is much bigger than what meets the eye.

Qatar, a country which is rich with natural resources and whose people are very close to the Saudi society, has since 1996 adopted a strange approach in looking after the general interest of the Gulf system particularly towards any higher interest of Saudi Arabia, the Gulf Cooperation Council's biggest country.

....

The situation is far deeper than the denial. Media outlets affiliated to Qatar – from Al-Jazeera network to London and Turkey's platforms, research centers and publishing houses – are all dedicated to promoting the Brotherhood propaganda. Everyone is aware of that. Prior to that we have known about the honeymoon period between Hezbollah and Doha.

...

The reason behind Saudi, Emirati, Bahraini and other Arab countries' anger is that clarity in terms of unified policies is no longer something that we can take lightly or overlook..." (ALTHAYDHI, 2017).

²²Encontro que ocorreu entre 20 e 21 de maio de 2017, no qual o presidente dos EUA, D. Trump, viajou para a Arábia Saudita, onde reuniu-se com representantes de 55 países árabes e muçulmanos (AL JAZEERA, 2017d).

²³"...it has disengaged itself from the consensus on issues that represent a common danger to the entire region.

....

Qatar has also disengaged itself from the consensus of the Riyadh Arab-Islamic and US summit, which considered Iran to be a hostile country that is interfering in the internal affairs of other countries..." (AL-SURAIHI, 2017).

²⁴"...Al-Jazeera news channel, the official spokesman of Qatar, has adopted the ambiguous ideology of the Muslim Brotherhood, which found a stronghold for its beliefs in that country". (AL-SURAIHI, 2017).

²⁵"... Qatar is not doing itself any favour by trying to undermine Gulf efforts to defend its security, prosperity and the future of its citizens. Qatar must realise that its own security and prosperity are part of the Gulf's collective security." (GULF NEWS, 2017b).

Assim, o conteúdo da matéria da *Qatar News Agency*, somado a imagem que jornais da Arábia Saudita e dos Emirados Árabes Unidos construíram sobre Doha permitiram rotular o Estado qatari como um país que **a) possui relações próximas com o Irã** (segundo seis artigos) e que **b) apóia certos grupos islâmicos, principalmente, Hamas, Hezbollah e Irmandade Muçulmana** (de acordo com outras seis publicações). O resultado desses dois rótulos seria o desvio do Qatar do comportamento apresentado pelo restante do Conselho de Cooperação do Golfo, o que colocaria em risco a segurança regional.

Duas semanas após o incidente com a QNA, uma investigação do FBI apontou que hackers russos teriam fabricado as notícias depois de terem sido contratados pelos Emirados Árabes Unidos (FILKINS, 2018; WINTOUR, 2017). Apesar disso, os artigos publicados não foram removidos, de forma a manter a rotulação de Doha e, assim, gerar a base necessária para a sua estereotipação e separação

3.2 ESTEREOTIPAÇÃO E SEPARAÇÃO

Ao analisar a dinâmica de estereotipação do Qatar, ou seja, a associação de características negativas a um ou mais de seus rótulos (cf LINK, PHELAN, 2001, p. 368-369), o que se percebe é que esse componente da estigmatização ocorreu de maneira particularmente marcada em relação ao rótulo de apoiador de grupos islâmicos. Tal característica foi associada ao estereótipo de **Estado que fornece suporte ao terrorismo**. Esse vínculo entre rótulo e estereótipo foi estabelecido por meio de discursos governamentais que, ao estereotiparem o Qatar, também executaram o componente da separação do processo de estigmatização. Essas falas construíram uma divisão entre **"nós" – os países estigmatizadores, que combatem o terrorismo – e "ele" – o Qatar, um financiador de grupos islâmicos terroristas**.

Percebe-se a operacionalização da estereotipação e da separação em algumas declarações exemplares. Como a do governo da Arábia Saudita, que afirmou em nota em junho de 2017 que sua decisão de suspender relações diplomáticas e consulares com o Qatar fora

resultado de graves violações cometidas por autoridades em Doha nos últimos anos, de maneira secreta e pública, com o objetivo de dividir o governo saudita, instigar contra o Estado [saudita], infringir sua soberania, adotar vários grupos terroristas e sectários que visam desestabilizar a região - incluindo a Irmandade Muçulmana, o Daesh (ISIS) e a Al-Qaeda - promovendo a ética e os planos desses grupos através de sua mídia, suportando as atividades de grupos terroristas apoiados pelo Irã na

província de Qatif no Reino da Arábia Saudita e no Reino do Bahrein²⁶, financiando, adotando e fornecendo asilo a extremistas que procuram abalar a estabilidade e unidade da pátria, interna e externamente, usando mídia que busca alimentar antagonismos [...] ²⁷(SAUDI PRESS AGENCY, 2017a, tradução própria).

Na mesma direção, o ministro saudita das relações exteriores, Adel al-Jubeir, afirmou, durante uma sessão da Assembleia Geral da ONU em setembro de 2017, que

[...] a crise do Qatar é, principalmente, parte da firme política [da Arábia Saudita] de combate ao extremismo e ao terrorismo e de drenagem de suas fontes de financiamento no contexto das políticas de apoio financeiro de Doha [...] as quais contribuíram para espalhar o caos e a sedição, além de prejudicar a segurança e estabilidade da região.

Com base nisso, o reino saudita chegou a sua posição com seus irmãos nos EAU, Bahrein e Egito contra as políticas qataris após essa questão ter se tornado séria, além de uma ameaça à segurança de **ossos** países.²⁸(SAUDI PRESS AGENCY, 2017b, tradução e grifo próprios).

Em outra fala, em entrevista para jornais egípcios durante encontro da Liga Árabe em novembro de 2017, o mesmo ministro disse que

"Nós [Egito, Bahrein, Arábia Saudita e EAU] só queremos o melhor para **eles** [Qatar], **eles** não devem interferir nos países ou encontrar plataformas para pessoas que justificam ataques suicidas. **Eles** não devem receber indivíduos envolvidos no financiamento de terroristas - e **eles** continuam a coletar dinheiro e enviá-lo a terroristas e não deveria haver elementos terroristas operando no Qatar, incluindo a Irmandade Muçulmana"²⁹ (AL ARABIYA, 2017c, tradução e grifo próprios).

²⁶ A província saudita de Qatif é uma região habitada majoritariamente por xiitas que, em 2011, iniciaram uma série de protestos, após as revoltas populares que ocorrerem no Bahrein (país de população principalmente xiita) terem sido sufocadas pela coalizão do CCG (BBC, 2012).

²⁷"...a result of grave violations being committed by the authorities in Doha over the past years in secret and public aiming at dividing internal Saudi ranks, instigating against the State, infringing on its sovereignty, adopting various terrorist and sectarian groups aimed at destabilizing the region including the Muslim Brotherhood Group, Daesh (ISIS) and Al-Qaeda, promoting the ethics and plans of these groups through its media, supporting the activities of Iranian-backed terrorist groups in the governorate of Qatif of the Kingdom of Saudi Arabia and the Kingdom of Bahrain, financing, adopting and sheltering extremists who seek to undermine the stability and unity of the homeland at home and abroad, and using the media that seek to fuel the strife internally..." (SAUDI PRESS AGENCY, 2017).

²⁸"...the crisis of Qatar is mainly part of its firm policy of combating extremism and terrorism and drying up its sources of funding in the context of Doha's financially supportive policies for it, spreading the rhetoric of violence and hatred and harboring the wanted ones, which contributed to spreading chaos and sedition and undermining security and stability in the region.

The kingdom said that on this basis, came its position with her brothers in the United Arab Emirates, the Kingdom of Bahrain and the Arab Republic of Egypt against the Qatari policies after the matter became grave and a threat to the security of our countries." (SAUDI PRESS AGENCY, 2017b).

²⁹"We only want the best for them, they must not interfere in the internal of countries or find platforms for people who justify suicide bombings. [They must not] host individuals involved in financing terrorists – and they continue to collect money and send it to terrorists and [there shouldn't be] terrorist elements operating in Qatar, including the Muslim Brotherhood." (AL ARABIYA, 2017d).

Da parte dos Emirados Árabes Unidos, por sua vez, seu ministro das relações exteriores, Anwar Gargash, pronunciou-se durante uma visita a Londres em junho de 2017, cujo objetivo era angariar apoio diplomático ao bloqueio contra o Qatar. Na ocasião, Gargash acusou Doha de financiar "islamistas violentos" e chegou a dizer que "**nós** [países estigmatizadores] não confiamos **neles** [qataris]. Há zero confiança [...]"³⁰ (WINTOUR, 2017b, tradução e grifo próprios). Além disso, o ministro defendeu a criação de um sistema de monitoramento que contasse com a participação dos "amigos ocidentais", que visaria garantir que o Qatar não mais financiasse o extremismo, abrigasse terroristas ou fornecesse apoio para a Irmandade Muçulmana, o Hamas e a al-Qaeda (WINTOUR, 2017b, tradução própria).

A posição acima de Abu Dhabi foi reforçada pelo ministro das relações exteriores e de cooperação internacional, Abdullah bin Zayed, que, ao tratar do Qatar em uma conferência de imprensa em julho de 2017, afirmou: "Já chega do apoio ao terrorismo e já chega de apoio àqueles que são contra a paz"³¹ (AL DROUBI et al., 2017, tradução própria). Mais recentemente, em fevereiro de 2018 na 37ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, o representante dos EAU no órgão, Obaid Salem Al Za'abi, disse, em nome da Arábia Saudita, do Bahrein e do Egito, que o

Qatar deve escolher entre ser um Estado que acredita no princípio de boa vizinhança e que busca construir relações positivas com seus países vizinhos [...] ou [ser um Estado] que continua em violação do direito internacional e [...] de convenções de combate ao terrorismo e [de combate ao] financiamento e suporte do terrorismo.³²(GULF NEWS, 2018, tradução própria).

Mediante a análise desses elementos discursivos de rotulação, estereotipação e separação da estigmatização do Qatar, é possível concluir que as nações mais ativas no processo de exclusão e inferiorização do país dentro do Conselho de Cooperação do Golfo são a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos. Esses dois países, portanto, podem ser classificados como os líderes da estigmatização de Doha, cujos elementos materiais são discutidos a seguir.

3.3 DISCRIMINAÇÃO E PERDA DE STATUS

³⁰ "We do not trust them. There is zero trust, but we need a monitoring system and we need our western friends to play a role in this." (WINTOUR, 2017b).

³¹ "Enough with the support of terrorism and enough with the support of those that are against peace." (AL DROUBI et al., 2017).

³² "Qatar should choose either to be a state that believes in the principle of goodneighbourliness and seek to build positive relations with its neighbouring countries ... or continue to be in breach of international law and ... conventions to counterterrorism, and funding and support of terrorism." (GULF NEWS, 2018).

No dia seguinte à publicação do suposto discurso de Tamim bin Hamad al-Thani na *Qatar News Agency*, a Arábia Saudita e osEAU bloquearam o site da Al Jazeera (jornal estatal do Qatar) em seus territórios. Essa ação foi imitada pelo Egito e pelo Bahrein logo em seguida (GULF NEWS, 2017a). Tal decisão indicou o início da discriminação de Doha, componente este que consiste no tratamento desigual direcionado a estigmatizados de forma a colocá-los em situações de desvantagem em relação aos ditos normais (cf FROST, 2011, p. 825; LINK; PHELAN, 2001, p. 373).

Esse processo atingiu seu ápice em 5 de junho de 2017, quando Riyadh, Abu Dhabi, Cairo e Manama instauraram um bloqueio marítimo, aéreo e terrestre contra o país que perdura até o presente momento (ALGHUSSEIN, STACEY, 2017; AL JAZEERA, 2017a; COLL, 2017; ESFANDIARY, TABATABAI, 2017; FILKINS, 2018). Junto com essa medida, os quatro países expulsaram os nacionais qataris que residiam em seus territórios, dando-lhes um prazo de duas semanas para se retirarem (AL JAZEERA, 2017a).

O tratamento discriminatório dirigido ao Estado qatari foi reforçado por medidas que reduziram seu reconhecimento dentro do Conselho de Cooperação do Golfo e para além do bloco. Em outros termos, a exclusão do país foi acompanhada pelo componente de perda de status, por meio do qual o estigmatizado é colocado em posições inferiores dentro de hierarquias sociais (cf LINK; PHELAN, 2001, p. 371). Tal processo, no caso do Qatar, significou a suspensão de relações diplomáticas com esse país por parte da Arábia Saudita, dos EAU, do Egito e do Bahrein em 5 de junho de 2017 (AL JAZEERA, 2017b). Tal ação foi replicada por Iêmen, Governo do Leste da Líbia, Maldivas, Comores e Mauritânia; ao mesmo tempo em que Jordânia, Chade, Níger e Djibouti decidiram rebaixar suas relações com o emirado (AL JAZEERA, 2017b).

Ademais, uma lista de treze demandas que deviam ser cumpridas em um período de dez dias foi imposta ao Qatar como condição para o fim do bloqueio. Entre as exigências constava o fechamento da Al Jazeera e das demais redes de notícia financiadas pelo Qatar. Em relação ao Irã, os países demandaram a redução de relações com o país acompanhada do fechamento das missões diplomáticas iranianas em território qatari. No que tange as acusações de suporte ao terrorismo, o Qatar deveria aplicar as políticas de contraterrorismo ditadas pelas nações estigmatizadoras (ALGHUSSEIN, STACEY, 2017; FILKINS, 2017; COLL, 2017). Além dessas reivindicações, exigiu-se que Doha pagasse reparações e compensações pelos danos gerados por suas políticas dos anos recentes, sem que o valor fosse especificado. Caso o Qatar aquiescesse à lista, sua obediência às demandas seria fiscalizada pelos quatro países bloqueadores ao longo de um período de dez anos (AL JAZEERA, 2017f).

O somatório das atitudes direcionadas ao Estado qatari e dos discursos que buscaram construir uma imagem do país como um ator desviante em relação ao restante do CCG permite afirmar que foi instaurado no Conselho um processo, liderado pela Arábia Saudita e pelos EAU, cujo objetivo é tornar o Qatar um Estado-pária. Os componentes desse processo, que foi analisado neste capítulo são resumidos na tabela abaixo.

Tabela 2 - Componentes da estigmatização do Qatar

Componentes da estigmatização	Conteúdo
Rotulação	1) Possui relações muito próximas com o Irã; 2) Apoia certos grupos islâmicos (principalmente Irmandade Muçulmana).
Estereotipação	Apoiador do terrorismo.
Separação	Nós (Arábia Saudita, Bahrein, Egito e EAU) que combatemos o terrorismo <i>versus</i> Ele (Qatar) que apóia grupos terroristas
Discriminação	1) Fechamento de escritórios da Al Jazeera; 2) Expulsão de qataris residentes nos países estigmatizadores; 3) Bloqueio aéreo, terrestre e marítimo.
Perda de status	1) Suspensão de relações diplomáticas; 2) Lista de demandas.

Fonte: Elaboração própria.

3.4 CONTEXTO DE PODER

Um último aspecto da estigmatização refere-se ao fato de que, quando efetiva, ela ocorre dentro de um contexto de poder. Afinal, os estigmatizadores devem possuir poder econômico, político e social suficiente para imbuir suas próprias percepções no restante da sociedade (LINK, PHELAN, 2001, p. 376). Diante dessa condição, é preciso avaliar a assimetria de poder existente entre os países que lideram a estigmatização e o país que é estigmatizado para, então, poder discutir se esse processo é bem-sucedido e em que grau.

Ao analisar os recursos de poder dos três principais Estados envolvidos na crise analisada, nota-se pouca diferença entre os mesmos, o que influencia o sucesso da empreitada saudita e emirati. Por um lado, EAU e, principalmente, Arábia Saudita possuem poder militar

e PIBs consideravelmente superiores aos correspondentes qataris³³. Por outro lado, o PIB per capita de Doha é significativamente maior que os de seus vizinhos³⁴. Esse quadro de pouca assimetria é reforçado ao observar os volumes de petróleo e gás natural que esses países possuem.

O Estado saudita é dono de uma reserva de 266 bilhões de barris de petróleo e de 8,6 trilhões de metros cúbicos de gás natural; ao que se somam os valores correspondentes dos EAU de 98 bilhões de barris e 6 bilhões de metros cúbicos (GULF COOPERATION COUNCIL, [19?]). Paralelamente, o Qatar reúne reservas de 25,2 bilhões de barris de petróleo e de 24,3 trilhões de metros cúbicos de gás natural, que o fazem dono dos maiores campos de gás do mundo (FILKINS, 2018; GULF COOPERATION COUNCIL, [19?]). Esse contexto equilibrado de poder limita a vulnerabilidade do Estado qatari frente a seus estigmatizadores e proporciona-lhe uma posição de relativa segurança. Tal cenário auxilia a compreender a resposta do Qatar à sua estigmatização, a qual é discutida no capítulo seguinte.

³³Em um ranking mundial construído pela organização *Global Firepower*, a Arábia Saudita é considerada o 26º país mais poderoso militarmente, enquanto os EAU seguem na 65ª posição e Doha na 100ª (GLOBAL FIREPOWER, 2018). No que se refere ao poder econômico dos países, Riyadh concentra um PIB de cerca de US\$ 684 bilhões e os Emirados possuem pouco mais da metade desse montante com US\$ 382 bilhões. Já o Qatar apresenta cerca de um quarto do PIB saudita com aproximadamente US\$ 168 bilhões (WORLD BANK, 2017a).

³⁴Enquanto o PIB por nacional qatari é de cerca de US\$ 63,5 mil, o PIB per capita nos EAU gira em torno de US\$ 40,7 mil e na Arábia Saudita ele é de aproximadamente US\$ 20,7 mil (WORLD BANK, 2017b).

CAPÍTULO 4 - A RESPOSTA DO QATAR

Após identificar os estigmas do Qatar, bem como os componentes da sua estigmatização, cabe procurar compreender qual foi a sua reação frente a esse processo. Assim, este capítulo procura responder à pergunta: qual foi a resposta qatari à sua exclusão no Conselho de Cooperação do Golfo? Diante desse questionamento analisam-se discursos e ações tomadas pelo governo qatari desde o início da crise. Com base nas informações reunidas, classifica-se o comportamento do Qatar em um dos três tipos de resposta discutidos no marco teórico (reconhecimento, rejeição ou contra-estigmatização).

4.1 DIMENSÃO DISCURSIVA DA RESPOSTA QATARI

O conjunto de discursos governamentais qataris que tratam da crise com Arábia Saudita, Bahrein, Egito e Emirados Árabes Unidos caracterizam-se pela reiteração de dois pontos. O primeiro deles é a negação de qualquer apoio ao terrorismo. O segundo consiste no questionamento da legitimidade do bloqueio, por meio de alegações de que a estigmatização do Qatar foi construída sobre notícias fabricadas e de que esse processo faz parte de uma empreitada para minar a soberania qatari. Essa preocupação do país em desviar-se da associação feita entre si e o estereótipo de apoiador de grupos terroristas mostra que Doha compartilha, com seus estigmatizadores, as normas que suportam sua estigmatização. Além disso, esse comportamento do Estado qatari indica que o país adota a resposta de **rejeição**.

Algumas falas de representantes do Qatar expressam essa postura de maneira clara. É o caso da declaração emitida pelo ministro qatari das relações exteriores, Mohammed bin Abdulrahman bin Jassim Al-Thani, no mesmo dia em que os países estigmatizadores declararam o bloqueio ao Qatar e a retirada de seus embaixadores e diplomatas do país. Em sua fala o ministro afirmou que:

O Ministério das Relações Exteriores do Estado do Qatar expressou seu profundo lamento e surpresa com as decisões do Reino da Arábia Saudita, dos Emirados Árabes Unidos e do Reino do Bahrein de fecharem suas fronteiras e espaço aéreo, e de cortarem relações diplomáticas com o Qatar, tendo em mente que essas medidas são injustificadas e baseadas em suposições e afirmações falsas.

O Estado do Qatar tem sido sujeitado a uma campanha de mentiras que chegaram ao ponto da completa fabricação. Isso revela um plano secreto para prejudicar o Qatar.

O Qatar é um membro ativo do Conselho de Cooperação do Golfo e é completamente comprometido com seu estatuto. O Qatar respeita a soberania de outras nações, não interfere em suas questões internas e cumpriu com seu papel em combater o terrorismo e o extremismo.

[...]

O propósito [das nações estigmatizadoras] é a imposição de tutela sobre Doha, a qual é uma violação da sua soberania, sendo prontamente rejeitada (AL JAZEERA, 2017c, tradução própria).³⁵

Alguns dias depois, em uma entrevista com a *Associated Press* (agência de notícias americana), o mesmo ministro classificou as acusações feitas a Doha como "vagas" e "sem qualquer argumento sólido", enquanto negava repetidamente que o governo qatari financiasse extremistas (GAMBRELL, HARB, 2017). Mohammed foi além e afirmou que o Qatar, como uma nação independente, possui o direito de apoiar grupos como a Irmandade Muçulmana, ainda que a organização seja considerada ilegal por seus vizinhos (HARB; GAMBRELL, 2017). Para mais, o ministro criticou as decisões de Arábia Saudita, EAU, Bahrein e Egito, dizendo que

Ninguém deu a eles o direito de bloquear meu país, de não permitir [o tráfego de] carros ou [de impedir] que meus voos sobrevoem seus países ou que meus navios parem em seus portos. Ninguém está dando a eles o direito de separar famílias e deslocar pessoas. Ninguém deu a eles o direito de separar mulheres qataris de suas crianças sauditas ou mulheres emiratis de seus filhos qataris (HARB; GAMBRELL, 2017, tradução própria).³⁶

Em um terceiro momento, no contexto de uma conferência sobre contraterrorismo de um *thinkthank* britânico, em novembro de 2017, o ministro não chegou a fazer menção direta à crise diplomática, mas reforçou a defesa do Estado qatari. Em seu discurso, o ministro Mohammed disse que "por muitos anos, o Qatar manteve-se ao lado de regiões aliadas para dizer basta [ao terror]" e que o país "é comprometido com a destruição do terrorismo" (ELLYATT, 2017, tradução própria).³⁷

Outra fala relevante foi a do porta-voz do governo qatari, o diretor do Escritório de Comunicações do Governo do Qatar, Saif Ahmed Al-Thani, em uma entrevista ao *El País* (jornal espanhol), em novembro de 2017. Na ocasião, Saif Ahmed afirmou que "nós não

³⁵"The Ministry of Foreign Affairs of the State of Qatar expressed its deep regret and surprise at the Kingdom of Saudi Arabia, the United Arab Emirates and the Kingdom of Bahrain to close their borders and airspace, and sever diplomatic relations with the State of Qatar, bearing in mind that these measures are unjustified and based on false claims and assumptions.

The State of Qatar has been subjected to a campaign of lies that have reached the point of complete fabrication. It reveals a hidden plan to undermine the State of Qatar.

...

Their purpose is clearly the imposition of guardianship over Qatar, which is in itself a violation of its sovereignty, and is rejected outright." (AL JAZEERA, 2017c).

³⁶"No one has given them the right to blockade my country, not to allow cars, or my flights to fly over their countries or my ships to park in their port."

"No one is giving them the right to separate families and displace people. No one has given them the right to separate Qatari women from their Saudi children, or Emirati women from their Qatari children"(HARB; GAMBRELL, 2017).

³⁷"For many years, Qatar has stood with allied regions to say enough is enough. Qatar is committed to destroying terrorism." (ELLYATT, 2017).

apoiamos o terrorismo, nem de perto, nem de longe. Nós não apoiamos o terrorismo" (ALANDETE, 2017, tradução própria). Além disso, Ahmed Al-Thani alegou que, por trás do conflito político com o Qatar, há uma campanha de *fakenews*, na qual

Eles [Estados estigmatizadores] usam os sites e mecanismos do Twitter que eles administram para espalhar notícias falsas. Há redes como a Al Arabiya e a Sky News Arabic[, jornais sauditas] que se tornaram mais parecidos com ministérios do que com meios de comunicação. O objetivo desses canais passou a ser o de pressionar os meios de comunicação ocidentais a reproduzir notícias falsas (ALANDETE, 2017, tradução própria)³⁸.

Ademais, o porta-voz qatari disse que o propósito do bloqueio e da suspensão de relações diplomáticas é "externalizar nossa política externa", o que teria sido motivado pela diferença entre a postura externa do Qatar e a dos demais países envolvidos na crise. Segundo Ahmed Al-Thani, "eles [países bloqueadores] querem nos roubar de nossa independência e de nossa soberania, e querem bloquear a mídia livre [...] O motivo é que nós temos visões diferentes" (ALANDETE, 2017, tradução própria)³⁹.

O governante do Qatar, Tamim bin Hamad al-Thani, por sua vez, também se pronunciou em relação à crise. Este último, porém, apresentou uma postura mais conciliatória, no sentido de reiterar que a associação feita entre seu país e a ajuda ao terrorismo é equivocada, ao mesmo tempo em que se mostrava disposto a dialogar com os Estados estigmatizadores. Em seu primeiro discurso televisionado desde a instauração do bloqueio, o emir reafirmou o compromisso qatari de luta contra o terror dizendo que o "Qatar está combatendo o terrorismo incansavelmente e sem fazer concessões", sendo tal papel reconhecido internacionalmente (AL JAZEERA, 2017e, tradução própria)⁴⁰. Para mais, al-Thani afirmou estar disposto a dialogar com os países bloqueadores, sob a condição de que a soberania qatari fosse respeitada (AL JAZEERA, 2017e)⁴¹.

Posteriormente, al-Thani voltou a tratar publicamente da crise no Golfo Árabe em duas reuniões da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU). Na primeira, em setembro de 2017,

³⁸"They use the Twitter armies and websites they manage to spread these fakenews. There are networks like Al Arabiya o Sky News Arabic that have become more like ministries rather than media outlets. The aim of these channels then becomes to push Western media outlets to carry these fakenews stories"(ALANDETE, 2017).

³⁹"We have differences of opinion with them. They want to rob us of our independence and our sovereignty and they want to shutdown free media. As His Highness the Emir said recently: there is nothing more important than our dignity, our sovereignty and our independence. The reason is that we have different views"(ALANDETE, 2017).

⁴⁰"Qatar is fighting terrorism, relentlessly and without compromises, and there is international recognition of Qatar's role in this regard"(AL JAZEERA, 2017e).

⁴¹"We are open to dialogue to resolve the outstanding problems [so long as Qatar's] sovereignty is respected"(AL JAZEERA, 2017e).

o emir qualificou o bloqueio como "injusto" e alegou que a Arábia Saudita, os EAU, o Bahrein e o Egito acusam todos aqueles que discordam deles de suporte ao terrorismo (AL JAZEERA, 2017d). Além disso, o governante declarou que seu país se recusava a ceder a ordens por "pressão e cerco" e que era preciso haver "um diálogo sem condições baseado no respeito mútuo pela soberania" (AL JAZEERA, 2017d, tradução própria).

Na reunião mais recente da AGNU, em setembro de 2018, al-Thani, retomou a defesa da abertura de conversas entre as nações envolvidas na crise política e manteve o discurso oficial qatari de que o país rejeita todas as formas de terrorismo e de que age no sentido de combatê-las (GULF TIMES, 2018). Nas palavras do emir,

A luta contra o terrorismo está entre as prioridades da política do Estado do Qatar nos níveis nacional, regional e internacional. Nós desenvolvemos sistemas legislativos e institucionais, cumprimos com obrigações internacionais relacionadas à luta contra o terrorismo e seu financiamento, e participamos em todos os esforços internacionais e regionais (GULF TIMES, 2018)⁴².

4.2 DIMENSÃO MATERIAL DA RESPOSTA QATARI

Concomitantemente à dimensão retórica, Doha tomou medidas concretas, a nível interno e externo, para lidar com a crise política instaurada no Golfo Árabe. Essas ações, que compõem a dimensão material da resposta qatari à sua estigmatização, podem ser divididas em dois grupos distintos. De um lado, houve decisões governamentais para amenizar os impactos do bloqueio; e de outro lado, houve atitudes, cujo objetivo era desafiar os estigmatizadores. Esse tipo de reação reforça a resposta de **rejeição** do Qatar à sua estigmatização. Essa postura foi viabilizada pela posição vantajosa do governo qatari no que se refere à sua posse de recursos materiais.

Com relação às medidas que visavam contornar o bloqueio, destaca-se a atuação qatari em dois órgãos internacionais, a realização de investimentos para que sua economia sofresse menos com o bloqueio, bem como a busca por fornecedores e rotas de transporte alternativos. A primeira dessas ações ocorreu em junho de 2017, quando o Qatar solicitou à Organização Internacional de Aviação Civil, órgão das Nações Unidas, que ativasse um mecanismo de resolução de disputas previsto em seu estatuto a fim de que a instituição auxiliasse a solucionar o bloqueio aéreo ao qual o país fora submetido (MILES, 2017). Isso porque o fechamento dos

⁴²"The fight against terrorism is among the priorities of the State of Qatar's policy at the national, regional and international levels. We have developed legislative and institutional systems, fulfilled international obligations related to the fight against terrorism and its financing, and participated in all relevant international and regional efforts" (GULF TIMES, 2018).

espaços aéreos saudita, emirati e bahreini deixou os qataris com apenas um estreito corredor de saída ao norte do país em direção ao Irã (ESPINOSA, 2017). Em resposta a esse pedido, os três países árabes bloqueadores afirmaram que permitiriam que aviões qataris utilizassem seus corredores aéreos em casos de emergências (MILES, 2017).

No mês seguinte, o Qatar denunciou a Arábia Saudita, os EAU e o Bahrein na Organização Mundial do Comércio (OMC) sob o argumento de que o bloqueio por eles imposto discriminava o Estado qatari no comércio internacional (MILES, 2017). O impacto desse bloqueio terrestre e marítimo a Doha foi considerável, pelo fato de que, antes da crise, 90% dos alimentos consumidos em território qatari eram importados e seu transporte era feito em grande parte pela fronteira com a Arábia Saudita e pelo porto de Yebel Ali nos EAU, os quais se encontram fechados para o emirado (ESPINOSA, 2017). A procedência desta denúncia e se ela será levada adiante ainda estão sendo avaliados pela OMC.

Paralelamente a essas ações em órgãos internacionais, o Qatar adotou uma série de medidas para fortalecer a economia, a exemplo da injeção de US\$ 39 bilhões da reserva nacional (de US\$ 340 bilhões) na economia em 2017 (THE ECONOMIST, 2017a). Essa medida foi seguida pela decisão, em setembro de 2018, de construir uma nova linha de produção de gás natural a fim de impulsionar o desenvolvimento econômico (AL JAZEERA, 2018). Ademais, o Qatar também concluiu a construção de um novo porto que permite que transportadores não precisem usar o embarcadouro Yebel Ali dos EAU, do qual dependiam até então (THE ECONOMIST, 2017a). O Estado qatari chegou até mesmo a transportar gado para dentro do país como forma de suprir a demanda por laticínios, antes atendida pela Arábia Saudita. Como resultado, Doha tornou-se capaz de produzir boa parte de seu consumo interno de derivados de leite e deve tornar-se autossuficiente em um futuro próximo (THE ECONOMIST, 2018).

Além disso, outra frente da resposta qatari foi a diversificação dos parceiros comerciais internacionais. Nesse sentido, houve uma intensificação das trocas comerciais com Omã (país membro do CCG que não se uniu ao bloqueio) as quais aumentaram em 2.000% desde que qataris passaram a utilizar o porto omani de Salalah para a importação de bens (THE ECONOMIST, 2017a). Junto a isso, as relações Qatar-Irã aumentaram significativamente, na medida em que as exportações iranianas para o país cresceram em 60% em 2017 (THE ECONOMIST, 2017a). Junto a isso, os voos da *Qatar Airways* passaram a trafegar pelo espaço aéreo do Irã, o qual, em contrapartida, recebe elevadas quantias para cada voo (THE ECONOMIST, 2017a). Um terceiro parceiro comercial de quem o Qatar se aproximou foi a

Turquia, a qual passou a preencher parte da demanda de alimentos que antes chegavam até os qataris via a fronteira com a Arábia Saudita (THE ECONOMIST, 2017b).

Uma segunda frente da dimensão material da resposta qatari foram medidas adotadas pelo Qatar que não chegam a ser fruto de necessidades criadas pelo bloqueio, mas que representam desafios ao esforço dos quatro países bloqueadores de estigmatizar Doha. A primeira dessas medidas foi a rejeição explícita pelo Qatar da lista de treze demandas apresentadas por Arábia Saudita, EAU, Bahrein e Egito como condição para o fim do bloqueio. Em 3 de julho de 2017, o Estado qatari apresentou sua recusa formal à lista por meio de uma carta ao governante do Kuwait, que estava atuando como um mediador entre os dois lados (ROLL; SAILER, 2017, p. 2).

Para além disso, Doha também agiu no sentido de buscar aproximar-se de possíveis aliados internacionais. É o caso do Irã, com quem o Qatar restabeleceu relações diplomáticas em agosto de 2017 (cerca de dois meses após o bloqueio) (GAMBRELL, 2017). Ao fazer isso, o governo qatari opôs-se diretamente a uma das demandas dos países estigmatizadores contida na lista citada anteriormente, que determinava o distanciamento do Irã. Tal postura foi reforçada pela decisão do Qatar de manter a base militar turca que se encontra em seu território, apesar da exigência das nações estigmatizadoras de fechá-la (cf AL JAZEERA, 2017f). Essa decisão foi precedida pela ratificação, no parlamento turco, de dois tratados de defesa com o Qatar, os quais determinam o envio tropas para a citada base, bem como a cooperação militar entre os dois países (LYNCH, 2017, p. 14; BORA, 2017).

Para além de aliados orientais, o Qatar procurou garantir uma relação favorável com os Estados Unidos. Nota-se tal esforço no fato de que, entre junho e julho de 2017, Doha contratou mais seis empresas americanas de *lobbying*⁴³ (MEYER, 2017). Essa decisão fez com que o valor gasto mensalmente pelo país nesse tipo de atividade dentro dos EUA somasse US\$ 1,7 milhão (MEYER, 2017).

Junto com essas ações, o governo qatari realizou vários investimentos para a ampliação de seu poder bélico, o que pode ser lido tanto como uma demonstração de força quanto como um meio de garantir a proteção do pequeno emirado. Verificou-se um aumento significativo no orçamento de segurança do Qatar, que registrou gastos de US\$ 25 bilhões, valor este que equivale a quase 15% do PIB do país (KUWAIT TIMES, 2018). Essa soma torna-se ainda mais significativa se considerar-se que as despesas anuais com defesa giram em torno de US\$ 3 bilhões (KUWAIT TIMES, 2018). Tal montante é resultado, em parte, das compras de

⁴³Elas são: *McDermott Will & Emery*; *Avenue Strategies Global*; *Nelson Mullins*; *Information Management Services*, *LEVICK e Ashcroft Group* (MEYER, 2017).

equipamento militar, como a aquisição de 36 aeronaves americanas dez dias após o anúncio do bloqueio (BEAUMONT, 2017; ROLL; SAILER, 2017, p. 2). Além disso, em agosto de 2017, o Qatar concluiu um acordo para a compra de sete navios de guerra da Itália (WALSH, 2017). Pouco depois, em dezembro, mais dois acordos de compra de jatos foram negociados, um deles com a França, da qual adquiriu 12 aeronaves (ABUELGASIM, 2017; KUWAIT TIMES, 2018), e o segundo com o Reino Unido, de quem comprou 33 aviões (PFEIFER, 2018).

A análise conjunta dos discursos e das ações do Qatar reforça a categorização da resposta qatari como uma **rejeição à sua estigmatização**. Essa resposta foi composta por falas que visavam proteger Doha da qualificação de apoiador de grupos islâmicos terroristas e por ações que procuraram reduzir os efeitos negativos do bloqueio ao qual o país foi submetido. Entretanto, a reação do Qatar foi um passo além da mera defesa e também foi formada por expressões que questionaram a legitimidade da estigmatização e por medidas que desafiaram as tentativas de isolar o país de relações com outras nações.

CONCLUSÃO

O Qatar sofreu um processo de estigmatização motivado pela política externa adotada pelo governo a partir dos anos 1990 com a mudança de liderança. Essa nova postura foi orientada no sentido de fazer o Qatar alcançar maior projeção internacional. Nesse contexto, duas políticas foram particularmente problemáticas para o restante do Conselho de Cooperação do Golfo. A primeira delas diz respeito a relação acomodadora do Qatar com o Irã e a segunda refere-se ao suporte fornecido por Doha para certos grupos islâmicos durante a Primavera Árabe. Tanto o Irã, uma república xiita, quanto grupos islâmicos envolvidos em processos de contestação de poder no mundo árabe foram percebidos com receio por um conjunto de países sunitas que adotam formas autoritárias de poder.

Assim, foi iniciado em junho de 2017 um processo de estigmatização contra o Qatar sob a liderança da Arábia Saudita e dos Emirados Árabes Unidos, acompanhados por Bahrein e Egito. Esse processo consistiu na construção de uma imagem do Qatar como um Estado que apoia grupos islâmicos terroristas. Junto a essa dimensão retórica, os países estigmatizadores reduziram o status de Doha no Conselho de Cooperação do Golfo ao suspenderem relações diplomáticas com o emirado e imporem-lhe uma lista de demandas. Além disso, discriminaram o país ao lhe submeterem a um bloqueio e ao demandarem que cidadãos qataris se retirassem de seus países.

Frente à sua exclusão e inferiorização no Conselho, o governo qatari rejeitou a qualificação de Estado transgressor que lhe fora atribuída. Sua rejeição consistiu na negação de qualquer suporte ao terrorismo acompanhada da deslegitimação da sua estigmatização. Ademais, o Qatar adotou medidas para se proteger dos impactos materiais do bloqueio, estreitou suas relações com outros países, inclusive o Irã, e investiu no seu poderio bélico.

Após a análise da estigmatização do Qatar, acima resumida, pode-se chegar a duas conclusões. A primeira delas é de que a principal finalidade desse processo foi alinhar as políticas qataris às do restante do Conselho de Cooperação do Golfo. Em outras palavras, a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos estigmatizaram o Qatar para lhe "ensinar" como ele deve se comportar. Tal "aprendizado" foi operacionalizado por meio da punição do país que foi caracterizado como apoiador do terrorismo e, por isso, sofreu um bloqueio e a suspensão de relações diplomáticas. Todo esse processo de equiparação das políticas qataris às dos demais membros do Conselho tem por objetivo garantir a ordem dentro da comunidade formada a partir desse bloco de países.

A segunda conclusão deste trabalho concerne o limitado grau de sucesso da estigmatização qatari. Apesar das ações e discursos dos países estigmatizadores, o Qatar não alterou sua postura. Ao contrário, Doha manteve sua política externa e rejeitou as acusações dos estigmatizadores de que o país forneceria suporte a grupos islâmicos terroristas. Assim, pode-se afirmar que o processo de transformar o Qatar em um Estado-pária dentro do Conselho acabou frustrado.

A última conclusão leva à discussão sobre quais seriam os futuros rumos do CCG. Se de um lado o Qatar rejeitou sua estigmatização, a Arábia Saudita, os EAU, o Bahrein e o Egito não apresentaram nenhum sinal de que pretendem rever as acusações e medidas tomadas contra o país. Diante disso, o Conselho de Cooperação do Golfo encontra-se em um impasse que já se arrasta há mais de um ano sem quaisquer propostas concretas de soluções, apesar dos esforços de mediação do Kuwait.

O mais provável é que a paralisia no bloco se mantenha, tendo em vista que o atual príncipe, e futuro rei, saudita, Mohammad bin Salman bin Abdulaziz Al Saud, tem demonstrado pouca disposição em rever as decisões políticas de seu país. O exemplo mais claro disso é a manutenção da participação de Ryadh na guerra no Iêmen, apesar do conflito durar mais de três anos e de uma crise humanitária ter se instaurado no país. Como a Arábia Saudita é um dos líderes da estigmatização do Qatar, é difícil pensar em qualquer saída para a tensão instaurada no CCG que não envolva o país. Enquanto isso, a unidade dentro do Conselho fica cada vez mais prejudicada e a funcionalidade e a própria existência do bloco são ameaçadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABUELGASIM, Fay. **Qatar signs on to buy 12 Rafale jets from France**. AP. Disponível em: <https://www.apnews.com/db2aa052a51545eab67830eb31cd5969>. Acessado em: 10/11/2018.

ADLER-NISSEN, Rebecca. **Stigma Management in International Relations. Transgressive Identities, Norms and Order in International Society**. International Organization. 2014, p. 143 -176.

AL ARABIYA. **Proof that Qatar News Agency was not hacked**. 2017a. Disponível em: <https://english.alarabiya.net/en/media/digital/2017/05/24/Proof-that-Qatar-News-Agency-was-not-hacked.html>. Acessado em: 23/10/2018

AL ARABIYA. **Qatar's Emir Tamim calls Iran's President Rouhani seeking 'deepening of ties'**. 2017b. Disponível em: <https://english.alarabiya.net/en/News/gulf/2017/05/27/Qatar-s-Emir-Tamim-calls-Iran-s-President-Rouhani-seeking-deepening-of-ties-.html>. Acesso em: 23/10/2018

AL ARABIYA. Dhahi **Khalfan says Qatar favors Iran, Muslim Brotherhood over Arab countries**. 2017c. Disponível em: <https://english.alarabiya.net/en/features/2017/05/24/Dubai-s-ex-police-chief-says-Qatar-favors-Iran-Muslim-Brotherhood-over-Arab-countries.html>. Acesso em: 23/10/2018

AL ARABIYA. **Saudi foreign minister: We have more important issues than the Qatar crisis**. 2017d. Disponível em: <https://english.alarabiya.net/en/News/gulf/2017/11/20/Saudi-foreign-minister-We-have-more-important-issues-than-the-Qatar-crisis.html>. Acessado em: 20/11/2017. Acessado em: 08/01/2018.

AL DROUBI, Mina; KHAN, Taimur; AL WASMI, Naser. **Enough is enough: Sheikh Abdullah tells Qatar**. The national. 04/07/2017. Disponível em: <https://www.thenational.ae/world/gcc/enough-is-enough-sheikh-abdullah-tells-qatar-1.91765>. Acessado em: 20/05/2018.

ALENDETE, David. **"The blockading countries want to outsource our foreign policy"**. 2017. El País. Disponível em: https://elpais.com/elpais/2017/11/04/inenglish/1509807720_509487.html. Acessado em: 06/01/2018

ALGHUSSEIN, Bassina; STACEY, Jeffrey A. **How Saudi Arabia botched its campaign against Qatar**. Foreign affairs. 12/07/2017. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/middle-east/2017-07-12/how-saudi-arabia-botched-its-campaign-against-qatar>. Acessado em 22/12/2017.

AL JAZEERA. **Saudi led blockade Qatar breaking families**. 2017a. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/indepth/features/2017/06/saudi-led-blockade-qatar-breaking-families-170609131754141.html>. Acessado em: 31/03/2018.

AL JAZEERA. **Qatar gulf crisis questions answered**. 2017b. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/indepth/features/2017/06/qatar-gulf-crisis-questions-answered-170606103033599.html#blockading-countries>. Acessado em: 31/03/2018.

AL JAZEERA. **Gulf diplomatic crisis: Qatar's reaction in full**. 2017c. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2017/06/gulf-diplomatic-crisis-qatar-reaction-full-170605071246160.html>. Acessado: 17/06/2018.

AL JAZEERA. **Qatari emir condemns 'unjust blockade' in UNGA speech**. 2017d. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2017/09/qatari-emir-condemns-unjust-blockade-unga-speech-170919185253541.html>. Acessado em: 19/06/2018

AL JAZEERA. **Sheikh Tamim: Any talks must respect Qatar sovereignty**. 2017e. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2017/07/sheikh-tamim-talks-respect-qatar-sovereignty-170721184815998.html>. Acessado em: 19/07/2018

AL JAZEERA. **Arab states issue 13 demands to end Qatar-Gulf crisis**. 2017f. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2017/06/arab-states-issue-list-demands-qatar-crisis-170623022133024.html?xif=%20Acesso%20em%2002/11/2018>. Acessado em: 22/06/2018

AL JAZEERA. **GCC crisis, one year on: What's the impact on Gulf economies?** 2018. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/programmes/countingthecost/2018/06/gcc-crisis-year-impact-gulf-economies-180602065942636.html>. Acessado em: 10/10/2018.

Allport, Gordon W. 1954. **The Nature of Prejudice**. Reading, Mass.: Addison-Wesley.

AL-SALEH, Huda. **What Bin Laden documents reveal about his relations with Qatar**. Al Arabyia. 2017. Disponível em: <https://english.alarabiya.net/en/perspective/features/2017/05/26/What-Bin-Laden-documents-reveal-about-his-relations-with-Qatar.html>

AL-SURAIHI, Said. **Who runs Qatar behind the scenes?** Saudi Gazette. 2017 Disponível em: <http://saudigazette.com.sa/article/179265/Who-runs-Qatar-behind-the-scenes>. Acesso em 23/10/2018

ALTHAYDHI, Mashari. **Qatar: It is about policies not news**. Al Arabiya. 2017. Disponível em: <https://english.alarabiya.net/en/views/news/middle-east/2017/05/25/Qatar-It-is-about-policies-not-news.html>. Acesso em: 23/10/2018

ARAB NEWS. **Iran's Zarif in rare visit to Qatar**. 2017. Disponível em: <http://www.arabnews.com/node/1065176/middle-east>. Acessado em: 28/10/2018.

BBC. **Saudi Arabia protest followed by arrests in Qatif**. 2012. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-19012830> Acesso em: 17/11/2018

BBC. **Q&A: Afghan Taliban open Doha office**. 2013. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-22957827>. Acessado em: 17/10/2018

BBC. **Profile: Arab League**. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-15747941>

BBC. **Iran profile - timeline**. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-14542438>. Acessado em: 20/07/2018.

BEAUMONT, Peter. **US signs deal to supply F-15 jets to Qatar after Trump terror claims.** The guardian. 2017. Disponível em:

<https://www.theguardian.com/world/2017/jun/15/us-signs-deal-to-supply-f-15-jets-to-qatar-after-trump-terror-claims>. Acessado em: 15/11/2018.

BORA, Birce. **Why is Turkey deploying troops to Qatar?** 2017. Al Jazeera. Disponível em: <http://www.aljazeera.com/indepth/features/2017/06/analysis-turkey-deploying-troops-qatar-170607174911372.html>. Acessado em: 20/06/2018.

BULL, Hedley. **The Anarchical Society: A Study of Order in World Politics.** New York: Columbia University Press. 1977.

BURT, Evan W. **Qatar and Iran: old bed fellows.** 2017. Disponível em:

<https://iranprimer.usip.org/blog/2017/aug/02/qatar-and-iran-odd-bedfellows>. Acessado em: 25/06/2018.

CAFIERO, Giorgio; WAGNER, Daniel. **Iran exposes the myth of unity.** The National. 2015. Disponível em: <https://nationalinterest.org/feature/iran-exposes-the-myth-gcc-unity-13787?page=0%2C2>. Acessado em: 15/10/2018.

CAFIERO, Giorgio. **Qatar's precarious position between Saudi Arabia, Iran.** Al monitor. 2016 Disponível em: <https://www.al-monitor.com/pulse/originals/2016/02/qatar-balancing-act-saudi-arabia-iran-risk.html>. Acessado em: 15/10/2018.

CERIOLO, Luiza Gimenez. **Roles and International Behaviour: Saudi–Iranian Rivalry in Bahrain’s and Yemen’s Arab Spring.** Contexto Internacional. 2018. p. 295-317.

CHATAM HOUSE. **Meeting Summary. Islamism and its Alternatives in the GCC.** Chatham House. Middle East and North Africa Programme. 2014.

COLL, Steve. **How Can the Qatar Crisis Be Resolved?** New Yorker. 2017. Disponível em: <https://www.newyorker.com/news/daily-comment/how-can-the-qatar-crisis-be-resolved>. Acessado em: 10/05/2018.

COLOMBO, Silvia. **The GCC Countries and the Arab Spring. Between Outreach, Patronage and Repression.** IAI WORKING PAPERS. 2012. p. 1-16.

DICKINSON, Elizabeth. **The Case Against Qatar.** Foreign Affairs. 2014. Disponível em: <http://foreignpolicy.com/2014/09/30/the-case-against-qatar/> Acessado em: 18/01/2018

DOBBINS, James; NADER, Alireza; KAYE, Dalia Dassa; WEHREY, Frederic. **The Other Actors.** In: Coping with a Nuclearizing Iran. RAND Corporation, 2011.

EGEL, Daniel; KAYE, Dalia Dassa; MARTINI, Jeffrey; WASSER, Becca; OGLETREE, Cordaye. **GCC Cohesion in Historical Perspective.** In: The Outlook for Arab Gulf Cooperation. RAND Corporation. 2016.

EPSTEIN, Charlotte. **Stop Telling Us How to Behave: Socialization or Infantilization?** International Studies Perspectives. 2012. p. 135–145.

ERIKSON, Kai T. **Notes on the Sociology of Deviance**. Social Problems. 1962. p. 307–14+

ESFANDIARY, Dina; TABATABAI, Ariane M. **The Gulf widens**. Foreign affairs. 2017. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/middle-east/2017-06-06/gulf-widens>. Acessado em: 31/01/2018

ESPINOSA, Ángeles. **O Catar depois do bloqueio de vizinhos: um país sem dólares e sem frango**. El País. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/09/internacional/1497003152_650272.html. Acessado em: 01/09/2018.

ELLYATT, Holly. **Middle East is ‘brimming with extremism’ but Qatar doesn’t support terrorism**: Foreign minister. 24/11/2017. CNBC. Disponível em: <https://www.cnn.com/2017/11/24/middle-east-is-brimming-with-extremism-but-qatar-doesnt-support-terrorism-foreign-minister.html>. Acessado em: 20/05/2018.

FILKINS, Dexter. **A Saudi prince's quest to remake the middle east**. New Yorker. 09/04/2018. Disponível em: https://www.newyorker.com/magazine/2018/04/09/a-saudi-princes-quest-to-remake-the-middle-east?mbid=nl_Daily%20040218&CNDID=49464814&spMailingID=13239773&spUserID=MTg4NTk1Mjc2ODIwS0&spJobID=1380145740&spReportId=MTM4MDE0NTc0MAS2. Acessado em: 03/04/2018

FINNEMORE, Martha; SIKKINK, Kathryn. **International Norm Dynamics and Political Change**. International Organization. 1998. p. 887–917

FROST, David M. **Social Stigma and its Consequences for the Socially Stigmatized**. Social and Personality Psychology Compass. 2011. p. 824–839

GAMBRELL, Jon; HARB, Malak. **Qatar denies terror links, rejects ‘blockade’ by Arab states**. 2017. The times of Israel. Disponível em: <https://www.timesofisrael.com/qatar-denies-terror-links-rejects-blockade-by-arab-states/>. Acessado em: 20/06/2018

GAMBRELL, Jon. **Qatar restores full diplomatic relations with Iran, ignoring arab demands**. 2017. Disponível em: <https://www.thestar.com/news/world/2017/08/24/qatar-restores-full-diplomatic-relations-with-iran-ignoring-arab-demands.html> Acesso em: 10/10/2018.

GOVERNMENT COMMUNICATIONS OFFICE. **Statement regarding hacking qatar news agency false statement**. Escritório de Comunicações do Governo do Qatar. 2017. Disponível em: <https://www.gco.gov.qa/en/2017/05/24/government-communications-office-statement-regarding-hacking-qatar-news-agency-false-statement/>. Acessado em 17/05/2018.

GLOBAL FIRE POWER. **Middle Eastern Powers Ranked by Military Strength**. 2018. Disponível em: <https://www.globalfirepower.com/countries-listing-middle-east.asp>. Acessado em: 21/05/2018.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4ª edição. LTC, 1982.

GULF COOPERATION COUNCIL. **Member States**. [19?]. Disponível em: <http://www.gcc-sg.org/en-us/AboutGCC/MemberStates/Pages/Home.aspx>. Acessado em: 21/09/2018.

GULF NEWS. **Israel establishes ‘virtual’ Gulf embassy**. *Gulf News*. 2013. Disponível em: <https://gulfnews.com/news/mena/palestine/israel-establishes-virtual-gulf-embassy-1.1211978>. Acessado em: 19/07/2018.

GULF NEWS. **Qatar Emir stirs controversy by defending Iran and Hezbollah**. 2017a. Disponível em: <https://gulfnews.com/news/gulf/qatar/qatar-emir-stirs-controversy-by-defending-iran-and-hezbollah-1.2032324>

GULF NEWS. **Gulf slams Qatar stance on Iran and Hezbollah**. 2017b. Disponível em: <https://gulfnews.com/news/uae/government/gulf-slams-qatar-stance-on-iran-and-hezbollah-1.2032760>. Acesso em: 23/10/2018

GULF NEWS. **Qatar's support for terror continues unabated**. 2018. Disponível em: <https://gulfnews.com/news/gulf/qatar/qatar-crisis/qatar-s-support-for-terror-continues-unabated-1.2181052>. Acessado em: 20/05/2018.

GULF TIMES. **Amir calls for unconditional talks to end Gulf crisis; stresses for laws to ensure cyber security** 2018. Disponível em: <https://www.gulf-times.com/story/607372/Amir-calls-for-unconditional-talks-to-end-Gulf-crisis> Acessado em: 04/11/2018.

HADID, Dina. **Israel to Open Diplomatic Office in United Arab Emirates**. *New York Times*. 27/11/2015. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2015/11/28/world/middleeast/israel-to-open-diplomatic-office-in-united-arab-emirates.html>. Acessado em: 19/07/2018.

HAMILTON, Charles V.; TURE, Kwame. **Black Power: The Politics of Liberation**. Random House. 1992. Capítulo 1.

HANNA, BENAIM, (2018). <https://www.foreignaffairs.com/articles/egypt/2018-01-04/egypt-first> Acessado em: 13/11/2018.

JAHNER, Ariel. **SAUDI ARABIA AND IRAN: The Struggle for Power and Influence in the Gulf**. *INTERNATIONAL AFFAIRS REVIEW*. 2012. p. 37-50.

JAZIRI, Eli. **Hezbollah and Qatar – a story of forbidden love?** *Al Arabyia*. Disponível em: <https://english.alarabiya.net/en/features/2017/05/27/Hezbollah-and-Qatar-a-story-of-forbidden-love-.html>. Acesso em: 23/10/2018

KECHICHIAN, Joseph A. **Trends in Saudi National Security**. *Middle East Journal*. 1999. pp. 232-253

KHATRI, Shabina. **Hackers take aim at Qatar by publishing fake news on QNA**. *Dohanews*. 24/05/2017. Disponível em: <https://dohanews.co/hackers-take-aim-at-qatar-by-publishing-fake-news-on-qna/>. Acessado em: 17/05/2018.

KHOURI, Rami G. **Will the GCC fall apart?** Al Jazeera. 2017. Disponível em: <http://www.aljazeera.com/indepth/opinion/gcc-fall-171107083437029.html>. Acessado em: 10/01/2018

KIRKPATRICK, David. **3 Gulf Countries Pull Ambassadors From Qatar Over Its Support of Islamists.** The New York Times. 2014a. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2014/03/06/world/middleeast/3-persian-gulf-states-pull-ambassadors-from-qatar.html> Acessado em: 5/09/2018.

KIRKPATRICK, David. **Qatar asks muslim brotherhood leaders to leave** The New York Times Disponível em: https://www.nytimes.com/2014/09/14/world/middleeast/bowing-to-pressure-qatar-asks-some-muslim-brotherhood-leaders-to-leave.html?_r=0. Acessado em: 5/09/2018.

KUWAIT TIMES. **Diplomacy and fear fuel Qatar's military spending.** 2018. Disponível em: <http://news.kuwaittimes.net/website/diplomacy-fear-fuel-qatars-military-spending/>. Acessado em: 01/11/2018.

KINNINMOT, Jane. **Future Trends in the Gulf.** Chatham House. 2015

LEGRENZI, Matteo. **The GCC and the International Relations of the Gulf: Diplomacy, Security and Economic Coordination in a changing Middle East.** I. B. Tauris. 2011.

LINK, Bruce G.; PHELAN, Jo C. **Conceptualizing Stigma.** Annual Review of Sociology 2001. 27, p. 363–85.

LYNCH, Marc. **Three big lessons of the Qatar crisis.** In.:POMEPS Briefing. The Qatar crisis. Project onMiddleEastpoliticalscience. Outubro 2017.

MACLEAN, William. **Gulf rift reopens as Qatar decries hacked comments by emir.** Reuters. 2017. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-qatar-cyber/gulf-rift-reopens-as-qatar-decries-hacked-comments-by-emir-idUSKBN18K02Z?il=017/05/2018>. Acessado em: 20/05/2018.

MILES, Tom. **Qatar launches wide-ranging WTO complaint against trade boycott.** Reuters. 2017. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-gulf-qatar-wto-exclusive-idUSKBN1AG1WJ>. Acessado em: 20/05/2018

MEYER, Theodoric. **Qatar adds McDermott Will & Emery.** Politico. 2017. Disponível em: <https://www.politico.com/tipsheets/politico-influence/2017/07/31/qatar-adds-mcdermott-will-emery-221619>. Acessado em: 01/11/2018.

MITCHELL, Jocelyn Sage. **Why did Qatar just change its residency laws?.** In.:POMEPS Briefing. The Qatar crisis. Project onMiddleEastpoliticalscience. Outubro 2017.

ONU. **Migration Report highlights.** Department of Economic and Social Affairs. 2017

ORGANIZATION FOR ISLAMIC COOPERATION, [19?]. **Home.** Disponível em <https://www.oic-oci.org/home/?lan=en>. Acessado em: 01/09/2018.

OTTAWAY, David B. **Saudi Arabia, Iran Struggling for Control of Gulf**

Sheikdoms Washington Post. 1982. Disponível em:

[https://www.washingtonpost.com/archive/politics/1982/11/25/saudi-arabia-iran-struggling-for-control-of-gulf-sheikdoms/df315259-25d4-4662-a334-](https://www.washingtonpost.com/archive/politics/1982/11/25/saudi-arabia-iran-struggling-for-control-of-gulf-sheikdoms/df315259-25d4-4662-a334-6adc63def077/?utm_term=.38a28d0c4467)

[6adc63def077/?utm_term=.38a28d0c4467](https://www.washingtonpost.com/archive/politics/1982/11/25/saudi-arabia-iran-struggling-for-control-of-gulf-sheikdoms/df315259-25d4-4662-a334-6adc63def077/?utm_term=.38a28d0c4467). Acessado em: 20/09/2018

PEÇANHA, Sérgio. **An Arms Pipeline to the Syrian Rebels**. The New York Times.

Disponível em:

<https://archive.nytimes.com/www.nytimes.com/interactive/2013/03/25/world/middleeast/an-arms-pipeline-to-the-syrian-rebels.html?ref=middleeast>. Acessado em: 30/08/2018.

PETERSON, J. E. **Sovereignty and Boundaries in the Gulf States: Settling the**

Peripheries. In: Mehran Kamrava. Ed. *International Politics of the Persian Gulf*. Syracuse:

Syracuse University Press, 2011. p. 21-49.

PFEIFER, Sylvia. **BAE ties up £5bn Qatar deal for Typhoon fighters**. Financial Times.

Disponível em: <https://www.ft.com/content/b68e59a6-bb4c-11e8-8274-55b72926558f>.

Acessado em: 20/10/2018.

RAZOUX, Pierre. **The New Club of Arab Monarchies**. The New York Times. 2011.

Disponível em: <https://www.nytimes.com/2011/06/02/opinion/02iht-edrazoux02.html>.

Acessado em: 25/10/2017

ROBERTS, David B. **A Dustup in the Gulf: The Meaning of the Intramonarchy Spat**.

Foreign affairs. 2017a. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/middle-east/2017-06-13/dustup-gulf>. Acessado em: 29/10/2017.

ROBERTS, David B. **Qatar, the Ikhwan, and transnational relations in the Gulf**. In: *The Qatar crisis*. POMEPS Briefings. 2017b.

ROLL, Stephan; SAILER, Matthias. **Three Scenarios for the Qatar Crisis Regime Change,**

Resolution or Cold War in the Gulf. German Institute for International and Security Affairs.

SWP Comments 25. 2017. p. 1-4

SAUDI GAZETTE. **'Qatar's hacking claim hard to swallow'**. 2017. Disponível em:

<http://saudigazette.com.sa/article/179215/Qatars-hacking-claim-hard-to-swallow> Acesso em: 23/10/2018

SAUDI PRESS AGENCY. **Kingdom of Saudi Arabia severs diplomatic and consular relations with Qatar 2 Jeddah** 2017a

<https://www.spa.gov.sa/viewfullstory.php?lang=en&newsid=1637321> Acesso em: 25/10/2018

SAUDI PRESS AGENCY. **Kingdom confirms to General Assembly of United Nations its firm stance against terrorism, extremism**. 2017b. Disponível em:

<https://www.spa.gov.sa/viewfullstory.php?lang=en&newsid=1670154>. Acessado em 20/05/2018

SCHIMMELFENNIG, Frank. **Goffman Meets IR: Dramaturgical Action in**

International Community. *International Review of Sociology—Revue Internationale de Sociologie*, Vol. 12, No. 3, 2002.

SCHOLVIN, S. **Geopolitics: An Overview of Concepts and Empirical Examples from International Relations**. The Finnish Institute of International Affairs Working Paper 91, 2016.

STEINBERG, Guido. **Qatar and the Arab Spring: support for islamists and new anti-Syrian policy**. German Institute for International and Security Affairs. SWP Comments. 2012.

STEINBERG, Guido. **The Gulf States and the Muslim Brotherhood**. In: The Qatar crisis. POMEPS Briefings, 2017.

STEPHENS, Michael. **Why key Arab countries have cut ties with Qatar — and what Trump had to do with it**. In: The Qatar crisis. POMEPS Briefings, 2017.

TEHRAN TIMES. **Iran, Qatar sign defense cooperation agreement**. 2010. Disponível em: <https://www.tehrantimes.com/news/214868/Iran-Qatar-sign-defense-cooperation-agreement>. Acessado em: 10/09/2018

THE ECONOMIST. **The boycott of Qatar is hurting its enforcers**. 2017a. Disponível em: <https://www.economist.com/news/middle-east-and-africa/21730426-if-saudis-and-emiratis-will-not-trade-doha-iranians-will-boycott>. Acessado em: 20/08/2018

THE ECONOMIST. **The siege of Qatar isn't working**. 2017b. Disponível em: <https://www.economist.com/middle-east-and-africa/2017/06/15/the-siege-of-qatar-isnt-working>. Acessado em: 20/10/2018

THE ECONOMIST. **Why Qatar is raising cows in the desert**. 2018. Disponível em: <https://www.economist.com/middle-east-and-africa/2018/05/17/why-qatar-is-raising-cows-in-the-desert>. Acessado em: 20/08/2018

THE Gulf Cooperation Council Charter. [19-]. Disponível em: <http://www.gcc-sg.org/en-us/AboutGCC/Pages/Primarylaw.aspx>. Acessado em: 06/07/2018.

THE TELEGRAPH. **Qatar state news agency 'hacked with fake positive story about Israel and Iran'**. Telegraph. 24/05/2017. Disponível em: <https://www.telegraph.co.uk/news/2017/05/24/qatar-state-news-agency-hacked-fake-positive-story-israel-iran>. Acessado em: 17/05/2018

WALSH, Declan. **Qatar Buys Italian Warships as Persian Gulf Crisis Deepens**. The New York Times. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2017/08/02/world/middleeast/qatar-buys-italian-warships-as-persian-gulf-crisis-deepens.html>. Acessado em: 15/11/2018.

WHITAKER, Brian. **Blow by blow: the Gulf's extraordinary war of words over Qatar**. Al-bab. 28/05/2017. Disponível em: <http://al-bab.com/blog/2017/05/blow-blow-gulfs-extraordinary-war-words-over-qatar>. Acessado em: 17/05/2018.

WINTOUR, Patrick. **Russian hackers to blame for sparking Qatar crisis, FBI inquiry finds**. The Guardian. 07/06/2017a. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2017/jun/07/russian-hackers-qatar-crisis-fbi-inquiry-saudi-arabia-uae>. Acessado em 19/05/2018

WINTOUR, Patrick. **'We do not trust them': UAE calls for western monitoring of Qatar.** The Guardian. 17/06/2017b. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2017/jun/17/uae-qatar-western-monitoring-anwar-gargash>. Acessado em: 20/05/2018

WINTOUR, Patrick. **Autocracies breed terror in MiddleEast, says Qatari foreign minister.** 2017c. The Guardian. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2017/nov/23/autocracies-breed-terror-middle-east-qatar-foreign-minister>. Acessado em: 20/06/2018.

WOERTZ, Eckart. **Qatar and Europe's neglect of the Gulf region.** Notes internacionais CIDOB, 2012.

WORLD BANK. **Fuel exports (% of merchandise exports).** World Bank Data. 2016 Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/TX.VAL.FUEL.ZS.UN?locations=QA-SA-AE-BH-KW-OM&year_high_desc=true. Acessado em: 16/11/2018

WORLD BANK. **World bank indicator -GDP (current US\$).** 2017a. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?locations=AE-QA-SA> Acessado em: 21/05/2018

WORLD BANK. **World bank indicator - GDP per capita, PPP (current international \$).** 2017b Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.PP.CD?locations=AE-QA-SA>. Acessado em: 21/05/2018

ZAHLAN, Rosemarie Said. **The making of the modern Gulf states: Kuwait, Bahrein, Qatar, the United Arab Emirates and Oman.** Routledge. 2016. Capítulo 1.

ZARAKOL, Ayse. **After defeat: How the East learned to live with the West.** New York: Cambridge University Press, 2011, p. 57-84; 102-108.

ZARAKOL, Ayse. **What made the modern world hang together: socialisation or stigmatisation?** InternationalTheory. 2014. p. 311-332.